



ORIGEM DA LICITAÇÃO:	SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.
MODALIDADE:	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026
PROCESSO Nº:	P497888/2024
OBJETO:	CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO <i>SPLIT INVERTER</i> , PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

O (A) titular da origem desta licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na forma **ELETRÔNICA**, a qual será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) nos termos do **Decreto Municipal nº 15.524**, de 09 de janeiro de 2023, auxiliado(a) pela equipe de apoio também designada formalmente por ato publicado no **DOM** e juntado ao processo, para a escolha da proposta mais vantajosa, objetivando a contratação do objeto desta licitação, observadas as normas e condições do presente Edital e seus anexos, e as disposições contidas nos **Decretos Municipais nº 15.913**, de 27 de fevereiro de 2024, **nº 15.608**, de 31 de março de 2023, **nº 15.595**, de 22 de março de 2023, **nº 15.604**, de 28 de março de 2023 e **nº 13.735**, de 18 de janeiro de 2016, na **Lei nº 14.133**, de 01 de abril de 2021, na **Lei Complementar nº 123**, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela **Lei Complementar nº 147**, e na **Lei Federal nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

- **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO.
- **DO TIPO DO OBJETO:** BENS DE NATUREZA COMUM.
- **MODO DE DISPUTA:** ABERTO E FECHADO.
- **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:** NÃO.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



***DO ACESSO AO EDITAL E DO LOCAL DE REALIZAÇÃO:**

1. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), bem como nos sites compras.fortaleza.ce.gov.br e www.compras.gov.br.
2. O certame será realizado por meio do Sistema do **COMPRASGOV**, no endereço eletrônico www.compras.gov.br.
3. As solicitações, informações ou dúvidas, bem como o acompanhamento de todo o trâmite ocorrerão através do site: spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br, sendo necessário a licitante realizar **PRÉVIO CADASTRO**.

***DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME:**

4. **INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 04/05/2026.
5. **DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 15/05/2026, às 10 horas.
6. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 15/05/2026, às 10 horas.
7. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo utilizadas pelo Sistema será observado o horário de Brasília/DF.
8. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



SUMÁRIO:

1.	DO OBJETO.....
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....
8.	DOS RECURSOS.....
9.	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.....
10.	DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....
11.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
12.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....
14.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026
(Processo Administrativo nº P497888/2024)

1. DO OBJETO:

1.1. O objeto da presente licitação é **O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT INVERTER, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTO NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1.1.1. A licitação será dividida em **ITENS**, conforme tabela constante no **Anexo I - Termo de Referência**, facultando-se ao licitante a participação em quais **forem** de seu interesse.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), utilizando-se de Certificado Digital que contenha o padrão de Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.5. O presente certame encontra-se dividido da seguinte forma:

2.5.1. O presente certame encontra-se dividido entre itens de **AMPLA CONCORRÊNCIA** e **COTA RESERVADA** para as microempresas e empresas de pequeno porte - ME/EPP. Assim, os **ITENS 01, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17 e 19** foram considerados **AMPLA CONCORRÊNCIA** com o valor total correspondente à **R\$ 29.653.270,54** (vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos). Já os **ITENS 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18 e 20** foram considerados **COTA RESERVADA** para as microempresas e empresas de pequeno porte - ME/EPP, com o valor total correspondente à **R\$ 9.344.408,25** (nove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oito reais e vinte e cinco centavos), nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6. Na presente licitação será concedido tratamento favorecido para as microempresas e/ou empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, sendo reservado cota de até **25% (vinte e cinco por cento)** do objeto e observadas as normas previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6.2. Para a cota reservada para microempresas e/ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no disposto no artigo 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, Lei Municipal nº 10.350/2015 e Decreto Municipal nº 13.735/2016, a proposta de preços deverá ser apresentada separadamente da cota principal, se for o caso.

2.6.3. Não havendo vencedor para a cota reservada às microempresas e empresas de pequeno porte, essa poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem preço do primeiro colocado da cota principal.

2.6.4. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

2.7. Será garantido às licitantes enquadradas como microempresas e/ou empresas de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



pequeno porte, nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação, de acordo com o previsto na Lei Complementar nº 123/2006, em seu Capítulo V – DO ACESSO AOS MERCADOS/Das Aquisições Públicas e Lei Municipal nº 10.350, 28 de maio de 2015; no Decreto nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016.

2.8. Tratando-se de microempresas e/ou empresas de pequeno porte que se enquadrem nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, e que não se encontram em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar no Sistema do COMPRASGOV o exercício do direito de preferência previsto em Lei.

2.9. Não poderão disputar esta licitação:

2.9.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.9.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.9.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.9.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.9.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.9.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.9.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.9.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.9.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio e em cooperativa, conforme Justificativa constante no **ANEXO IX - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA** deste Edital;

2.9.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP atuando nessa condição;

2.9.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.9.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.9.2 e 2.9.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.9.2 e 2.9.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.9.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.16. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Será exigida apresentação dos documentos de habilitação, apenas pela licitante vencedora.

3.1.1. A licitante que participar desta licitação com suas condições de habilitação vinculadas ao documento SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades da lei, a superveniência de fato impeditivo de sua habilitação.

3.1.2. A licitante cadastrada no Sistema COMPRASGOV, SICAF, obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação, na forma no inciso I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.3. A fase de habilitação está prevista no item 7 deste edital.

3.2. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.3. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.4. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

3.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2. Não será permitido o emprego para menor de 18 (dezoito) anos em trabalho

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



noturno, perigoso ou insalubre, bem como para os jovens de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6. O licitante enquadrado como microempresa e/ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

3.7. Em caso de falsidade das documentações apresentadas, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.8. A licitante deverá apresentar **DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO - ANEXO VI** e, inclusive, na qualidade de eventualmente contratado, observará e fará observar por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

3.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo licitante no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.13. O valor final mínimo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. “**VALOR UNITÁRIO (R\$)**” e o “**VALOR TOTAL (R\$)**” dos preços referentes a cada item, incluídos todos os custos diretos e indiretos, em conformidade com as especificações deste Edital;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.1.5. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência, obrigando-se nos limites dela;

4.1.6. Os preços deverão ser expressos em reais, com até 04 (quatro) casas decimais em seus valores unitários e com até 02 (duas) casas decimais em seus valores globais, inclusive em propostas de adequação, quando for o caso.

4.2. Na elaboração da Proposta, o preço cotado poderá ultrapassar o valor de referência da presente licitação discriminado no **Anexo I - Termo De Referência** presente nos autos do processo em epígrafe. Entretanto, na fase de disputa de lances, o lance final deverá atingir preço inferior ou igual ao limite máximo constante no **Anexo I - Termo De Referência**. Caso não seja realizada a disputa de lances, a licitante que cotou na proposta o menor preço deverá reduzi-lo a um valor inferior ou igual ao limite máximo acima especificado.

4.3. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou total superior ao estimado ou

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



com preços manifestamente inexequíveis.

4.3.1. Os valores dos itens não poderão ser superiores aos do orçamento estimado, previstos no Anexo I - Termo de Referência.

4.3.2. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimativos da contratação.

4.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.5. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.6. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.7. Se o regime tributário da empresa implicar no recolhimento de tributos em percentuais variáveis, no momento dos pagamentos, deverá ser retido na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas municipais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será vedada a identificação da licitante, por qualquer meio ou forma, antes da etapa de lance.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** do ITEM.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço e os das propostas até 10% (dez por cento) superior àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item **5.14**, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 13.735/2016.

5.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



estabelecido no subitem anterior.

5.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:

5.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.21.2.2. Empresas brasileiras;

5.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.21.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.21.2.5. Exauridos os critérios de desempate e do resultado persistir o empate, o sistema procederá automaticamente o sorteio para definição da ordem sequencial de colocações no certame.

5.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.22.4. O Pregoeiro (a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.22.5. É facultado ao Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.24. O licitante mais bem classificado deverá enviar, no mesmo prazo do subitem 5.22.4., juntamente com sua proposta, o catálogo do equipamento, indicado a marca e modelo que optou em ofertar no lote e o certificado de credenciamento do licitante na marca ofertada, em conformidade com subitem 2.3. DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO E CERTIFICADO DO FABRICANTE, do Termo de Referência do Edital 10453, sob pena de não aceitação da proposta.

5.25. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

5.26. Em caso de não haver entrega dos catálogo(s) ou amostra(s), ocorrer atraso na entrega, sem justifica aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de catálogo(s) ou amostra(s) fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

5.27. E, caso de solicitação de catálogo(s) ou amostra(s), se a(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do(s) catálogo(s) ou amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência desde Edital.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

d) Lista de Fornecedores Penalizados, mantido pela Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza (https://compras.sepog.fortaleza.ce.gov.br/publico/fornecedor_penalizado.asp).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12, da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPP's, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis;

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.8.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.9.1. O pregoeiro ou a equipe de apoio poderá, a qualquer tempo, durante o processo licitatório realizar diligência in loco para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado;

6.9.2. A diligência terá como finalidade:

6.9.2.1. Verificação da infraestrutura: confirmação da existência e adequação da estrutura física e técnica da empresa às especificações do edital, tais como equipamentos, pessoal e instalações.

6.9.2.2. Conformidade documental: comparar as condições reais da empresa com as declarações e documentos apresentados no processo de habilitação.

6.9.2.3. Segurança e operacionalidade: certificar que a empresa possui condições de cumprir o objeto licitado com segurança, qualidade e eficiência.

6.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. Os documentos previstos no Anexo I - Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeiro, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou Certificado de Registro Cadastral – CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.2.1.1. Não será admitida a participação de consórcio e cooperativas de empresas, conforme **ANEXO IX – JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA.**

7.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia, conforme art. 70, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.5. Será verificado se o licitante apresentou, no sistema, declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e no CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.10. A verificação no SICAF ou CRC da Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- SELIFOR, ou a exigência dos documentos neles não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no **Anexo I - Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.10.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, conforme art. 64, da Lei nº 14.133/2021, para:

7.11.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.11.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e de classificação.

7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme art. 4º do Decreto nº 8.538/2015.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de até **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, conforme dispõe o art. 165, I da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



8.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, em campo próprio do sistema, no prazo de até 10 (dez) minutos do mencionado ato, sob pena de preclusão;

8.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata;

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.**

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de até 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

9.1. Encerrada a fase recursal, a autoridade competente, adjudicará o objeto da licitação e homologará o procedimento licitatório.

9.2. A titular da origem desta licitação poderá solicitar a SELIFOR de não homologar ou revogar o presente processo por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado e mediante fundamentação escrita.

10. DA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

10.1. Homologado o resultado da licitação, o Órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços corridos, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.

10.2. O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

10.3. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços do(s) licitante(s) vencedor(s), bem como será incluído na respectiva ata o registro do(s) licitante(s) que aceitar(em) cotar o objeto com preços iguais ao do

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023, ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora.

10.4. Quando o licitante vencedor for convocado para assinar a Ata de Registro de Preços não comparecer, recusar-se a assinar ou não comprovar as condições habilitatórias, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá o Pregoeiro convocar outro licitante registrado na Ata, desde que respeitada a ordem de classificação e mantidos os preços registrados iguais ao do adjudicatário, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

10.5. As regras referentes ao registro de preço, ao órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes, descumprimento, remanejamento, prazo de vigência, do fornecimento, e demais regras constam da minuta no **Anexo III - Ata de Registro de Preços do Edital nº 10453.**

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro, nos termos do art. 16 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023:

11.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462 de 31 de março de 2023.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que praticar ato ilícito na forma do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial, quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.5. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.2.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.2.7. Fraudar a licitação;

12.1.2.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.9. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.10. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

12.1.2.13. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.14. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.4;

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



validade de sua proposta;

c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

a) Der causa à inexecução total do contrato;

b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator prestar o serviço contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no art. 13, inciso I do Decreto Municipal nº 15.604/2023.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos do artigo mencionado acima para cálculo da multa, incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no §8º do item acima, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§2º A sanção prevista no subitem 11.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

12.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.9.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

12.11. As apurações das responsabilidades relacionadas às sanções descritas seguirão os procedimentos descritos na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital e pedir esclarecimentos deste Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.**

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de **até 3 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, devendo ser enviados ao (à) Pregoeiro (a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas**, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço do sítio **spuvirtual.sepog.fortaleza.ce.gov.br**, endereçados à SECRETARIA

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES DE FORTALEZA (PROTOCOLO), informando o número deste pregão no Sistema do COMPRASGOV e o órgão interessado. Além de CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica, ou CPF, se pessoa física, e disponibilizando as informações para contato (endereço completo, telefone e e-mail).

13.3.1. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão observar EXCLUSIVAMENTE o procedimento do subitem acima, não sendo admitida qualquer outra forma de envio.

13.4. O (a) Pregoeiro (a) poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

13.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.5.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.7. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas de Preços.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

14.1. Será divulgado Termo de Julgamento no sistema eletrônico **COMPRASGOV**.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório (vedada a inclusão posterior de documentos que deveriam constar originalmente na proposta de preços e na documentação de habilitação), bem como para averiguar a veracidade das informações fornecidas pela licitante e, se for o caso, a adequação da estrutura física e operacional da empresa às exigências do objeto licitado.

14.11. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital e/ou pelo(a) Pregoeiro(a) junto ao Sistema, ou o não atendimento às solicitações/determinações, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO.

14.12. Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Autoridade Competente do certame, conforme disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes.

14.13. A Administração poderá revogar este Edital por razões de interesse público.

14.14. O Pregoeiro poderá sanar erros formais que não acarretem prejuízos para o objeto do Edital.

14.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) '<https://www.gov.br/pncp/pt-br>' e endereço eletrônico '[compras.fortaleza.ce.gov.br](https://www.gov.br/compras/pt-br)' e '<https://www.gov.br/compras/pt-br>'.

14.16. Integram este Edital para todos os fins e efeitos os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar

Apêndice II - Análise de riscos

ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

ANEXO VII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO VIII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATÁLOGO DA PMF UTILIZADOS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO IX - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA

ANEXO X - JUSTIFICATIVA DA DESTINAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE DE COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

ANEXO XI - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Fortaleza/CE, de de 20.....

CAROLINA PRICE EVANGELISTA MONTEIRO
Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão
assinado digitalmente

Aprovação expressa da assessoria jurídica:

Abraão Bezerra de Araújo
Coordenador Jurídico - OAB/CE nº 44.585
Coordenadoria Jurídica – COJUR/SEPOG
assinado digitalmente

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744**ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**

1. UNIDADE REQUISITANTE: Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO:

2.1. DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

2.1.1. Registro de preços para futuras e eventuais aquisições e instalações de aparelhos de ar condicionado do tipo *SPLIT INVERTER*, para atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.2. As especificações e os quantitativos do objeto desta licitação estão divididos por **itens** e estão descritos conforme o quadro abaixo:

CATMAT	CÓDIGO PMF	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ITEM 01 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
458194	3575674	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 9000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	369	2.448,5100	903.500,19
ITEM 02 - COTA RESERVADA						
458194	3575674	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 9000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	110	2.448,5100	269.336,10
ITEM 03 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
458191	3575675	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 18000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	1131	4.434,2500	5.015.136,75
ITEM 04 - COTA RESERVADA						
458191	3575675	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 18000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	363	4.434,2500	1.609.632,75
ITEM 05 - AMPLA CONCORRÊNCIA						

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



453530	3575676	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 22000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	554	4.766,7500	2.640.779,50
ITEM 06 - COTA RESERVADA						
453530	3575676	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 22000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	177	4.766,7500	843.714,75
ITEM 07 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
399655	3575677	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 24000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	672	5.956,1650	4.002.542,88
ITEM 08 - COTA RESERVADA						
399655	3575677	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 24000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	215	5.956,1650	1.280.575,48
ITEM 09 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
399654	3575678	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 30000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	418	5.771,2900	2.412.399,22
ITEM 10 - COTA RESERVADA						
399654	3575678	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 30000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	127	5.771,2900	732.953,83
ITEM 11 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
459763	3575680	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 48000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	356	12.023,0000	4.280.188,00
ITEM 12 - COTA RESERVADA						
459763	3575680	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 48000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	112	12.023,0000	1.346.576,00
ITEM 13 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
398485	3575682	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 60000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	150	11.395,8600	1.709.379,00

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ITEM 14 - COTA RESERVADA						
398485	3575682	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 60000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	44	11.395,8600	501.417,84
ITEM 15 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
448824	3575681	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 57000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	129	14.663,0000	1.891.527,00
ITEM 16 - COTA RESERVADA						
448824	3575681	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 57000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	39	14.663,0000	571.857,00
ITEM 17 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
239608	3594817	AR-CONDICIONADO 60.000 BTU/H, SPLIT CASSETE 4 VIAS, CONTROLE REMOTO SEM FIO, SÓ FRIO, 380V, TRIFÁSICO.	UNIDADE	224	14.269,5000	3.196.368,00
ITEM 18 - COTA RESERVADA						
239608	3594817	AR-CONDICIONADO 60.000 BTU/H, SPLIT CASSETE 4 VIAS, CONTROLE REMOTO SEM FIO, SÓ FRIO, 380V, TRIFÁSICO.	UNIDADE	71	14.269,5000	1.013.134,50
ITEM 19 - AMPLA CONCORRÊNCIA						
458192	3580670	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, SPLIT HI WALL, INVERTER, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	950	3.791,0000	3.601.450,00
ITEM 20 - COTA RESERVADA						
458192	3580670	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, SPLIT HI WALL, INVERTER, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE	310	3.791,0000	1.175.210,00
VALOR TOTAL DOS ITENS						38.997.678,79

AMPLA CONCORRÊNCIA	29.653.270,54
COTA RESERVADA	9.344.408,25

***Obs.: Havendo divergência entre o COMPRASGOV e o disposto no Termo de Referência, prevalecerão os termos deste Termo de Referência.**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.3. DA APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGO E CERTIFICADO DO FABRICANTE

2.3.1. Quando da convocação para apresentação da proposta final adequada, concomitantemente, o(a) Pregoeiro(a) solicitará CATÁLOGO para demonstração do objeto desta licitação para melhor avaliação, ficando o arrematante primeiro colocado obrigado, sob pena de desclassificação, apresentar tal CATÁLOGO via sistema COMPRASGOV. Em caso de desclassificação, o(a) Pregoeiro(a) deverá convocar as demais licitantes, na ordem de classificação.

2.3.1.1. A licitante compromete-se a fornecer informações adicionais, caso seja solicitada pelo (a) Pregoeiro (a), como: laudos técnicos de análises do produto, catálogos com foto e especificação do objeto e outros, a qualquer tempo e/ou fase do processo licitatório, com a finalidade de dirimir dúvida e instruir as decisões relativas ao julgamento.

2.3.2. A análise dos catálogos tem o objetivo de verificar a equivalência do item ofertado ao solicitado em edital, caso haja imprecisão.

2.3.3. Não será feito qualquer pagamento ou indenização referente aos catálogos, independentemente de aceitar ou não a proposta. Caso a proposta seja aceita, os catálogos ficarão retidos na SEPOG para comparação de qualidade com as demais unidades a serem adquiridas.

2.3.4. Os catálogos serão recebidos pelo Pregoeiro, remetidos ao órgão responsável para análise e emissão de parecer técnico; devendo o parecer ser devidamente datado e assinado pela comissão especialmente designada para tal finalidade.

2.3.5. Os catálogos deverão ser apresentados no endereço eletrônico **www.compras.gov.br**.

2.3.6. Caso haja dúvida quando do fornecimento dos catálogos, quanto à qualidade dos produtos, poderá ainda, ser solicitada a apresentação de amostras, as quais poderão ser entregues em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da solicitação pelo Pregoeiro.

2.3.7. O NÃO cumprimento da entrega da documentação e dos catálogos, caso seja solicitada pelo Pregoeiro, dentro dos prazos estabelecidos, acarretará desclassificação/inabilitação, sendo convocado o licitante subsequente, e assim sucessivamente, observada a ordem de classificação.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.3.8. Em caso de solicitação de amostras, os materiais deverão ser entregues na SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG, situada a Av. Desembargador Moreira, 2875, Dionísio Torres – 3º Andar – Coordenadoria de Gestão de Aquisições Corporativas – COGEG / CEARP, Fortaleza/CE, CEP. 60170-002. (Horários de expediente da SEPOG: 8h às 12h e das 13h às 17h).

2.3.9. Não haverá prorrogação do prazo para apresentação do catálogo e certificado;

2.3.10. Considerar-se-á DESCLASSIFICADA a licitante que tiver o catálogo e/ou certificado requeridos reprovados ou que não o anexar no prazo determinado, ocasião em que o Pregoeiro não levará em conta o preço eventualmente proposto pelo(a) licitante àquele lote, convocando o próximo arrematante para apresentá-lo; e assim sucessivamente;

2.4. Encontra-se anexo a este Termo de referência o Relatório analítico do Plano de Suprimento nº 4213/2024, que descreve as necessidades dos Órgãos participantes para cada tipo de material.

2.5. Os itens desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do inciso XIII, art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do art. 44 do Decreto nº 15.595, de 22 de março de 2023, bem como deverão ser entregues nos endereços indicados no item 8.2.

2.6. Os equipamentos deverão, **obrigatoriamente**, possuir a máxima classificação de eficiência energética, ou seja, '**Classe A**' na **Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE)**, conforme as normas e regulamentações vigentes do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia).

2.7. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da ordem de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.8. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 38.997.678,79 (trinta e oito milhões novecentos e noventa e sete mil seiscentos e setenta e oito reais e setenta e nove centavos)**, considerando o valor na tabela acima, considerando o valor na tabela acima.

2.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada **por igual período, desde que SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES**

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

2.9.1. Considerando o disposto no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, reconhecendo a possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica estabelecido que poderá ser admitida a renovação do quantitativo, caso demonstrada a sua pertinência e necessidade, mediante decisão devidamente motivada pela Administração.

2.9.2. Quando da prorrogação da Ata, fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, ressalvados os remanejamentos.

2.9.3. A eficácia do contrato ficará condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

2.9.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2.10. DA GARANTIA CONTRATUAL:

2.10.1. A critério da autoridade competente, bem como em razão do histórico de contratações anteriores do mesmo objeto e a inexistência de registro de problemas de interrupções na execução contratual, **não será exigida a garantia contratual da execução**, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

2.10.2. Os riscos inerentes à contratação e as respectivas tratativas foram apontados no Estudo Técnico Preliminar.

2.11. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

2.11.1. DA EXECUÇÃO E DA ENTREGA:

2.11.2 Da Execução

2.11.2.1. A partir da assinatura do contrato poderá ser expedida Ordem de Fornecimento à CONTRATADA, a partir do que se inicia a execução, autorizando-se a entrega do objeto, conforme a necessidade de cada unidade participante e tiragem descrita nos itens;

2.11.2.2. Não será aceita qualquer entrega que não tenha sido autorizada por ordem de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



fornecimento assinada pelo responsável legal, ou seus substitutos legais; ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

2.11.2.3. O recebimento do produto da contratação estará condicionado à conferência, exame qualitativo e aceitação final pelos órgãos ou entidades CONTRATANTES, obrigando a CONTRATADA a reparar, corrigir, substituir, os eventuais defeitos ou incorreções que, porventura, forem detectadas.

2.11.2.4. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de **até 7 (sete) dias úteis**, a contar do recebimento da notificação pela Unidade emissora da Ordem de Fornecimento, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

2.12.3. Entrega:

2.12.3.1. O objeto deverá ser entregue em conformidade com as especificações estabelecidas nos endereços que estão indicados no subitem 8.2, deste Termo de Referência, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, bem como a logística de cada órgão/entidade, consoante o quantitativo contido no Anexo - I deste Termo de Referência.

2.12.3.2. O prazo máximo para a entrega, instalação e *start-up* (testes de funcionamento) dos equipamentos é de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de Empenho pela Contratada, bem como a logística de cada órgão/entidade, consoante o quantitativo contido no Anexo - I deste Termo de Referência.

2.12.3.3. A execução compreende o transporte, a fixação das unidades (evaporadora e condensadora), a interligação frigorífica e elétrica, testes de dreno e a disponibilização dos manuais e certificados de garantia.

2.12.3.4. A responsabilidade administrativa pelo recebimento do objeto tal qual estipulado será exclusiva do (a) servidor/Comissão de Fiscalização designada pelo órgão participante, encarregada de acompanhar a execução do processo de entrega e recebimento dos objetos da Ata, bem como a execução do serviço, conforme art. 117

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



da Lei nº 14.133/2021.

2.12.3.5. Os produtos recusados pelo órgão ou entidade deverão ser substituídos pela empresa Contratada, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

2.12.3.6. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que justificados até 02 (dois) dias úteis antes do término do prazo de entrega, e aceitos pela contratante, não serão considerados como inadimplemento contratual.

2.12.3.7. O fornecimento constante no objeto do presente certame, deverá ser entregue rigorosamente de acordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta vencedora, sendo que a não observância destas condições implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização pela CONTRATADA.

2.13. QUANTO AO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS:

2.13.1. O objeto desta contratação, por envolver fornecimento de bens com serviço de instalação associado, será recebido nas seguintes etapas, em conformidade com o art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

2.13.1.1 O Recebimento Provisório ocorrerá de forma sumária pelo fiscal do contrato no momento em que a Contratada comunicar formalmente a conclusão da instalação.

2.13.1.1.1. Nesta etapa, verificar-se-á a entrega dos volumes, a integridade visual dos equipamentos, a fixação nos locais indicados e a entrega da documentação técnica (incluindo a ART de instalação).

2.13.1.1.2. O Recebimento Provisório não implica em aceitação da qualidade do serviço ou do funcionamento dos aparelhos, nem autoriza o pagamento imediato.

2.13.1.2. Do período de verificação após o recebimento provisório, a Administração terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para realizar os testes de conformidade, que incluirão:

- a) Teste de eficiência de refrigeração (medição de temperatura);
- b) Teste de drenagem (para verificar ausência de vazamentos internos);
- c) Verificação de ruídos anormais ou vibrações;
- d) Conferência da voltagem e aterramento conforme normas técnicas.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



2.13.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá após o decurso do prazo de verificação, mediante "Termo de Recebimento Definitivo" ou atesto na Nota Fiscal, firmado pelo fiscal do contrato, comprovando o perfeito funcionamento dos equipamentos e o atendimento a todas as especificações do Edital.

2.13.1.4. A emissão da Nota Fiscal para fins de pagamento somente deverá ocorrer após a confirmação do Recebimento Definitivo.

2.13.1.5. A rejeição e correção, caso sejam detectadas falhas, imperfeições na instalação ou desconformidade com as especificações durante a verificação:

2.13.1.5.1. O recebimento definitivo será susinado e a Contratada será notificada para sanar as irregularidades ou substituir os equipamentos no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, sem ônus para a Administração.

2.13.1.3.4. O não cumprimento deste prazo sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas neste Edital.

2.13.2. A entrega de produtos, em caráter provisório ou definitivo, será realizada de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00h às 12:00h e de 13:00h às 17:00h.

2.13.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

2.13.4. Em caso de troca dos produtos que são objeto dessa licitação, a mesma deverá ser efetuada no endereço indicado pelo órgão contratante.

2.13.5. A rejeição do objeto, por estar em desacordo com as especificações, que vier a ocorrer, não justificará possível atraso no prazo de entrega fixado, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas na lei, no Decreto Municipal nº 15.604/2023 e no Contrato.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. A presente licitação tem esteio nos preceitos nos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023; nº 15.595, de 22 de março de 2023; nº 15.604, de 28 de março de 2023; e nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016; na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147; na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



de Dados); e no disposto no presente Termo de Referência.

3.1.2. Com base no ETP, anexo ao presente Termo de Referência, a aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo *SPLIT INVERTER*, para atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza mostra-se necessária para a adequada climatização dos ambientes administrativos e de atendimento ao público. A medida visa proporcionar conforto térmico, funcionalidade e melhores condições de trabalho, observando as normas de segurança, eficiência energética e sustentabilidade, de modo a garantir o bem-estar dos servidores públicos e dos usuários dos serviços municipais.

3.1.3. Considerando que o clima predominante em Fortaleza é marcado por elevadas temperaturas durante a maior parte do ano, torna-se imprescindível a utilização de sistemas de climatização eficientes, capazes de assegurar a qualidade do ambiente de trabalho e o bem-estar dos servidores e da população atendida.

3.1.4. A contratação justifica-se, ainda, pelo fato de que, com o passar do tempo, os aparelhos de ar-condicionado tendem a perder eficiência, ocasionando maior consumo de energia e elevação dos custos operacionais. Ademais, equipamentos modernos, em geral, incorporam tecnologias mais avançadas, que proporcionam melhor desempenho, maior economia de energia e maior durabilidade.

3.1.5. A substituição por novos aparelhos também contribui para reduzir a ocorrência de falhas e a necessidade de manutenções frequentes, garantindo maior confiabilidade, conforto, segurança e eficiência no ambiente de trabalho e de atendimento ao público. Assim, constatou-se a necessidade de ampliação e substituição de parte dos equipamentos que compõem o parque de ar-condicionado dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.

3.2. Será adotado pregão eletrônico conforme preceitua o art. 40, inciso II, da Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal 15.608, de 31 de março de 2023, referente à regulamentação do sistema de registro de preços no âmbito da Prefeitura de Fortaleza, que estabelece que as compras públicas devam ser planejadas e sempre que possível utilizar o sistema de registro de preço, evitando as aquisições emergenciais e fragmentadas.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

**4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO:**

4.1. A descrição da solução como um todo, conforme Estudo Técnico Preliminar, consiste na aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo split, com tecnologia inverter e alta eficiência energética, utilizando gás ecológico, acompanhados do serviço completo de instalação, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada e garantia integrada de equipamentos e serviços, para atender às necessidades dos órgãos e das entidades do Município de Fortaleza, bem como aos demais colaboradores e aos usuários dos serviços públicos, conforme distribuição e divisão na tabela constante no item 2.2. deste Termo de Referência.

4.2. Os aparelhos split inverter proporcionam climatização eficiente, com menor consumo de energia e menor nível de ruído, garantindo conforto térmico e sustentabilidade ambiental. Essa solução assegura o desempenho adequado dos sistemas de climatização, reduz custos operacionais e de manutenção, além de padronizar os equipamentos utilizados nos diversos órgãos da Prefeitura de Fortaleza.

4.3. O contrato contemplará ainda práticas sustentáveis, como o descarte ambientalmente correto de equipamentos substituídos, contribuindo para o uso racional dos recursos públicos e a melhoria das condições de trabalho e atendimento à população.

4.4. A escolha pelo Sistema de Registro de Preços (SRP) via Pregão Eletrônico é a solução mais eficiente, pois atende à demanda rotineira de um bem comum por múltiplos órgãos. Essa abordagem centraliza a licitação, gerando economia de escala, otimização de recursos e flexibilidade para aquisições sob demanda, o que evita a fragmentação de processos e a manutenção de grandes estoques. O Pregão Eletrônico amplia a competitividade e, com o critério de Menor Preço, garante a proposta economicamente mais vantajosa, uma vez que os padrões de qualidade do produto já estão previamente definidos neste Termo de Referência.

4.5. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade de cada órgão, com entregas regulares e programadas, assegurando a continuidade das atividades institucionais.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- 4.6.** Serão de responsabilidade exclusiva da empresa contratada os custos com transporte e quaisquer outros encargos decorrentes da entrega do objeto, inclusive da mão de obra empregada.
- 4.7.** Os produtos nacionais e importados devem apresentar nos rótulos todas as informações em língua portuguesa.
- 4.8.** Os produtos deverão ser novos e de primeira qualidade.
- 4.9.** Os produtos deverão vir lacrados de forma a proteger da ação da luz, poeira e umidade, sendo que, nos casos de as embalagens apresentarem violação de qualquer espécie, deverão ser substituídas pelo fornecedor, ainda que na fase de análise/recebimento.
- 4.10.** Os equipamentos devem possuir classificação de eficiência energética 'Classe A', conforme normas do INMETRO.
- 4.11.** Os produtos devem utilizar serpentina de cobre com proteção contra oxidação.
- 4.12.** O produto deverá possuir assistência técnica através do contratado que assinar a ata de registro de preço, o qual deve ser da rede credenciada do fabricante no Município de Fortaleza-CE (do equipamento ofertado pelo respectivo licitante constante na ata), como forma de atender eventuais reparos e consertos, a contar do seu recebimento, durante todo o período da garantia. Não é permitida a subcontratação, no todo ou partes.
- 4.13.** Na embalagem dos produtos, salvo também regulamentações ou exceções específicas comprovadamente de prática usual do mercado, deverão constar as condições de estocagem, faixa de temperatura, umidade, limites e posições de armazenamento, exposição a raios solares e demais recomendações do fabricante, se for o caso.
- 4.14.** Quanto às embalagens dos produtos, quando necessário e solicitado pelas unidades, devem ser consideradas inclusive aquelas extras necessárias para proteção durante os procedimentos de embarque, desembarque e transporte.
- 4.15.** A solução proposta estabelece requisitos não-funcionais fundamentais para assegurar a adequação da contratação aos padrões de controle e fiscalização, incluindo:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



a) Requisitos de manutenção e garantia: os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses para todo o conjunto e garantia do fabricante quanto ao compressor de, no mínimo, 5 (cinco) anos, contadas a partir da data de instalação e aceite definitivo. Também deverá ser fornecido manual de operação e manutenção preventiva, a fim de garantir o pleno funcionamento e a durabilidade dos equipamentos.

b) Requisitos temporais: o prazo para entrega e instalação dos equipamentos deverá ser compatível com as necessidades dos órgãos municipais, observando o cronograma estabelecido pela Administração, de forma a não prejudicar o andamento das atividades administrativas. A execução deverá ocorrer em etapas planejadas, garantindo o cumprimento dos prazos contratuais e a continuidade dos serviços públicos.

c) Requisitos legais: a contratação observará integralmente a Lei nº 14.133/2021 e demais normas correlatas, incluindo as disposições relativas à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária dos licitantes, bem como às exigências de segurança e conformidade técnica conforme normas da ABNT (NBR 5410, NBR 16401 e NBR 15848). Os equipamentos deverão possuir selo Procel de eficiência energética e certificação do INMETRO, garantindo a conformidade com as normas nacionais de desempenho e eficiência.

d) Requisitos socioambientais: deverão ser priorizados equipamentos que utilizem gases refrigerantes ecológicos (R-32), livres de substâncias agressivas à camada de ozônio. O fornecedor deverá garantir o descarte ambientalmente adequado de equipamentos e resíduos provenientes da instalação, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). Serão observados critérios de sustentabilidade, eficiência energética e redução do impacto ambiental durante todas as etapas do contrato.

e) Requisitos de transporte: o transporte dos equipamentos deverá ser realizado de forma a assegurar a integridade física dos aparelhos, utilizando embalagens apropriadas e veículos adequados para o tipo e volume de carga. O fornecedor será responsável pelo transporte até os locais de entrega e instalação definidos pela Administração, assumindo integralmente os custos e riscos até o recebimento definitivo.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



f) Requisitos de qualificação técnico operacional de instalação: A instalação deverá ser executada por profissionais engenheiros e ou técnicos devidamente qualificados e certificados, observando rigorosamente as normas técnicas vigentes, as legislações aplicáveis e as especificações do fabricante. A contratada deverá dispor de uma equipe operacional ampla e capacitada, capaz de atender de forma simultânea e eficiente a demanda de vários órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Deverão ser fornecidos todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo tubulações, suportes, cabos, drenos, conexões e proteções adequadas. A instalação deverá contemplar ainda a realização de testes completos de funcionamento, bem como a entrega técnica do sistema em pleno desempenho, com a emissão do correspondente termo de aceite pela Administração. Esses requisitos asseguram que a contratação atenda aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e qualidade, garantindo a durabilidade dos equipamentos e o conforto ambiental nos ambientes de trabalho dos órgãos municipais.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

5.1. Para o fornecimento de ar condicionado e instalação dos equipamentos, requisitos mínimos devem ser apresentados pelos licitantes interessados em participar do certame licitatório, a saber:

5.2. Requisitos de Qualificação:

5.2.1. Os licitantes deverão apresentar comprovação de habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal;

5.2.2. A qualificação técnica deverá ser comprovada através do fornecimento de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível com o objeto;

5.2.3. A comprovação da sustentabilidade dos produtos no que se refere às exigências descritas nas especificações deve também ser feita, conforme o caso, mediante inscrição nos rótulos, nas embalagens, ou por apresentação de certificação emitida por Instituição Pública Oficial.

5.2.4. Atestados de capacidade técnica emitidos por entes públicos ou privados, comprovando fornecimento anterior de materiais similares com qualidade e quantidade compatíveis.

5.2. Especificações técnicas a serem seguidas por item:

5.2.1. Da instalação do equipamento

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.2.1.1. A instalação do equipamento é de responsabilidade da Contratada e deve obedecer e seguir rigorosamente o manual do fabricante, e conforme normas da ABNT.

5.2.1.2. O serviço de instalação do equipamento deve contemplar a mão de obra, fornecimento de todos os materiais e acessórios referentes à instalação, todos os materiais e acessórios referentes à instalação devem ser novos, e de primeiro uso.

5.2.1.3. A partir do quadro de ar condicionado do andar, todo e qualquer material necessário para a perfeita execução dos serviços de instalação dos aparelhos objeto deste Termo, será de responsabilidade da Contratada, inclusive possíveis serviços de alvenaria, reparos no forro de gesso e pinturas na cor original.

5.2.1.4. Não serão admitidos rasgos ou furos em nenhum elemento estrutural. Caso essa seja a única opção, deverá ser emitido relatório técnico mostrando a necessidade e que não causará prejuízo ao elemento estrutural.

5.2.1.5. A empresa vencedora deverá providenciar a instalação dos aparelhos de ar condicionado, contemplando todos os materiais necessários, tais como: tubulações, eletrodutos e demais itens necessários para o correto funcionamento do equipamento.

5.2.1.6. Sempre que possível deverão ser evitadas emendas nos eletrodutos. Quando as emendas forem inevitáveis, estas deverão ser executadas através de luvas roscadas às extremidades a serem emendadas, de modo a permitir continuidade da superfície interna do eletroduto;

5.2.1.7. Todos os eletrodutos deverão ser devidamente pintados na cor cinza escuro, conforme ABNT.

5.2.1.8. A Contratada deverá manter o padrão atual dos quadros elétricos.

5.2.1.9. A instalação dos equipamentos deve seguir rigorosamente o manual do fabricante e Normas da ABNT.

5.5. DA SUBCONTRATAÇÃO:

5.5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, §2º da Lei nº 14.133/2021.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DE PAGAMENTO:

6.1. DA FISCALIZAÇÃO:

6.1.1. A fiscalização e a gestão do instrumento contratual serão designadas através da publicação de Portaria no Diário Oficial do Município de Fortaleza – D.O.M, designando

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



servidores para comporem a gestão contratual, o fiscal técnico e o fiscal administrativo, determinando ainda as competências e diretrizes da gestão e fiscalização contratual, conforme Decreto Municipal nº 15.524 de 09 de janeiro de 2023.

6.1.2. Atribuições do Gestor do Contrato:

Conforme o art. 21 do Decreto nº 15.524/2023, caberá ao Gestor do Contrato, e aos seus substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, as seguintes atribuições:

- a) Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais sobre ocorrências na execução do contrato e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem sua competência;
- c) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada para fins de pagamento;
- d) Coordenar a rotina de acompanhamento e fiscalização, mantendo o histórico de gerenciamento do contrato com todos os registros formais (ordens de fornecimento, ocorrências, alterações, etc.);
- e) Controlar o prazo de vigência do contrato, recomendando, com antecedência, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação, quando admitida;
- f) Controlar os limites de acréscimo e de supressão permitidos em lei;
- g) Analisar ou formular pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, submetendo-os à autoridade superior;
- h) Coordenar os atos preparatórios à instrução processual para formalização de alterações, prorrogações, reequilíbrios, pagamentos e sanções;
- i) Elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133/2021;
- j) Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais;
- k) Emitir documento comprobatório da avaliação do desempenho da Contratada, com base em indicadores objetivos e informações dos fiscais;
- l) Realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme art. 26 do Decreto;
- m) Tomar as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para aplicação de sanções.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.1.3. Atribuições do Fiscal Técnico

Conforme o art. 23 do Decreto nº 15.524/2023, caberá ao Fiscal Técnico do contrato, e aos seus substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, as seguintes atribuições:

- a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato;
- b) Conhecer os termos do edital, do contrato e de seus anexos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o fornecimento dos bens, em estrita observância ao edital e ao contrato, verificando a quantidade e a qualidade dos produtos entregues, incluindo a conformidade das embalagens, rótulos e prazos de validade;
- d) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, descrevendo o necessário para a regularização de faltas ou defeitos;
- e) Emitir notificações para a correção de rotinas ou irregularidades, definindo prazo para a correção;
- f) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão que ultrapasse sua competência;
- g) Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato;
- h) Fiscalizar a execução para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, conferindo as notas fiscais e, após o ateste, encaminhar ao gestor do contrato;
- i) Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme art. 26 do Decreto;
- j) Atestar, juntamente com o gestor, o fornecimento dos bens, recusando-os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas;
- k) Auxiliar o gestor na elaboração do documento comprobatório da avaliação de desempenho da Contratada.

6.1.4. Atribuições do Fiscal Administrativo

Conforme o art. 24 do Decreto nº 15.524/2023, caberá ao Fiscal Administrativo do contrato, e aos seus substitutos nos seus afastamentos e impedimentos legais, as seguintes atribuições:

- a) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, realizando tarefas de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



controle de prazos, formalização de apostilamentos, acompanhamento de empenho e pagamento;

b) Verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, solicitando os documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, antes de cada pagamento;

c) Examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) Atuar tempestivamente na solução de problemas relacionados ao descumprimento de obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato o que ultrapassar sua competência;

e) Participar da atualização do relatório de riscos durante a gestão do contrato;

f) Auxiliar o gestor na elaboração do documento comprobatório da avaliação de desempenho da Contratada;

g) Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, conforme art. 26 do Decreto.

6.2. DO PAGAMENTO:

6.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da CONTRATADA, exclusivamente no BANCO SANTANDER S/A, em atendimento ao disposto na Cláusula 2.1.1 do Contrato nº 53/2024, oriundo do Pregão Presencial nº 001/2024, celebrado entre o Município de Fortaleza e o Banco Santander S.A.

6.2.1.1. A nota fiscal/ fatura que apresente incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o subitem anterior começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/ fatura corrigida.

6.2.1.2. Não será efetuado qualquer pagamento à contratada, em caso de descumprimento do objeto, conforme especificações exigidas na licitação.

6.2.1.3. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

6.2.1.4. Os pagamentos serão precedidos da análise da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente do Órgão contratante, e dos seguintes documentos:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidão Negativa de Débitos junto aos Governos Estadual e Municipal;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.2.1.5. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela *internet*, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.

6.2.1.6. A atualização financeira dos valores a serem pagos, em virtude de inadimplemento pela contratante, será efetuada através do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), pro rata, desde a data final do período do adimplemento até a data do efetivo pagamento, desde que comprove que o contratante é o único responsável pelo atraso.

6.2.1.7. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA**, em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

6.3.1. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

6.3.1.1. A licitação será realizada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO**, fundamentada nas manifestações de interesse registradas no Estudo Técnico Preliminar e em resposta ao Ofício Circular nº 0105/2024-SEPOG/GSE referente ao objeto contido neste Termo de Referência e previsto no Plano de Suprimento nº 4213/2024, conforme consta nos autos do Processo **P497888/2024**.

6.3.2. Considerando a busca pela eficiência na obtenção de propostas mais vantajosas, destaca-se que a utilização do pregão, especialmente em sua modalidade eletrônica, é aplicada quando o objeto em questão pode ser claramente definido em termos de padrões de desempenho e qualidade, os quais podem ser objetivamente estabelecidos por meio de especificações comuns do mercado, além de oferecer uma ampla participação de empresas criando um ambiente propício para a apresentação de propostas mais competitivas, gerando benefícios substanciais para a administração pública.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.3.3. Ademais, a opção pelo critério de menor preço é estrategicamente fundamentada, pois garante a transparência e objetividade no processo de seleção, aspectos relevantes para assegurar a integridade e a imparcialidade da licitação, uma vez que o objetivo principal é obter o produto que melhor atenda às necessidades da administração pública, levando em conta a relação custo-benefício.

6.3.4. Por fim, é importante ressaltar que a modalidade de pregão e o critério de menor preço estão em total consonância com a Lei 14.133/21 e suas diretrizes, visando primordialmente promover a eficiência e a economicidade nos processos de contratação pública, conferindo respaldo legal à escolha dessas modalidades para o presente processo licitatório.

6.4. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

6.4.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

6.4.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

6.4.2.1. OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DEVERÃO SER APRESENTADOS DA SEGUINTE FORMA:

6.4.2.2. Obrigatoriamente, da mesma sede e igualdade de CNPJ, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para todas as filiais. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

6.4.2.3. O documento obtido por meio de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via *Internet*, terá sua autenticidade verificada pelo (a) Pregoeiro (a).

6.4.2.4. Caso haja documento redigido em idioma estrangeiro, o mesmo somente será considerado se acompanhado da versão em português, firmada por tradutor juramentado.

6.4.2.5. O documento apresentado deverá estar dentro do prazo de validade. Na hipótese de no documento não constar expressamente o prazo de validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. **Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão**, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

6.4.2.6. É dever da licitante atualizar previamente os documentos constantes no SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.4.2.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.4.2.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

6.4.2.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.4.2.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

6.4.2.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

6.4.2.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

6.4.2.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

6.4.2.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4.3 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

6.4.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

6.4.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.4.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) juntamente com Histórico do Empregador;

6.4.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

6.4.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (Material) e/ou Municipal (Serviço) da sede da licitante;

6.4.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais (Material) ou municipais (Serviço) relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

6.4.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

6.4.4. Qualificação econômico-financeira:

6.4.4.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

6.4.4.1.1. Será admitido a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdão 1.201/2020 – Plenário – TCU).

6.4.4.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

6.4.4.3. Os documentos exigidos no item 6.4.3.2 serão limitados ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

6.4.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.4.4.5. Para fins de qualificação econômico-financeira, deverá ser comprovado a boa situação financeira da interessada por documento, assinado por profissional legalmente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade da sede ou filial da interessada, através de um dos índices contábeis previstos neste instrumento convocatório, conforme formulas abaixo:

a) Comprovar o Índice de Liquidez Geral (ILG), igual ou superior a 1,0 (um), obtido a partir de dados do Balanço Anual, através da seguinte fórmula:

I - Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

Passivo Circulante + Passivo Exigível a longo prazo

OU

III - Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

Passivo Circulante

OU

II - Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

Passivo Circulante + Passivo Exigível a longo prazo;

6.4.4.6. Caso o subitem **6.4.4.5.** não seja atendido, deverá a licitante alternativamente apresentar PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO não inferior a 10% (dez por cento) da estimativa de custos devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial.

6.4.4.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, com devido CRC ativo, apresentada pelo licitante.

6.5. Qualificação técnica:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.5.1. Para a comprovação de sua qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado. O(s) referido(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar experiência na execução de quantitativo para serviços de natureza similar, considerada como parcela de maior relevância a instalação de, no mínimo, 20% (vinte por cento),

6.5.1.1. Será admitida a apresentação de múltiplos atestados para o somatório dos quantitativos e prazos exigidos, a fim de demonstrar a aptidão integral da empresa.

6.5.1.2. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.5.2. Qualificação técnico-operacional.

6.5.2.1. Prova de inscrição ou registro do licitante, junto ao conselho competente: CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), da localidade da sede do licitante, em plena validade;

6.5.2.2. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados.

6.5.2.3. Para fins da comprovação de que trata o subitem 6.5.2.2. os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou de valor significativo do objeto, em um ou mais atestados. Considera-se como parcela de maior relevância a instalação a ser comprovada correspondente a 20% (vinte por cento) do quantitativo de equipamentos do lote licitado.

6.5.2.4. Declaração de infraestrutura com indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

6.5.3. Qualificação técnico-profissional.

6.5.3.1. Comprovação de o licitante possuir 1 (um) responsável técnico com diploma em Engenharia Mecânica, profissional devidamente registrado no conselho profissional

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



competente, detentor de Certidão de Acervo Técnico, com registro de atestado, que comprove a execução de serviços de características técnicas semelhantes às do objeto da presente licitação (fornecimento com instalação de equipamentos ar condicionado).

6.5.3.2. A vinculação do profissional com o licitante, poderá ser comprovada por meio de relações de trabalho, contratos de prestação de serviços, vínculo societário entre a empresa e o profissional especializado, ou mesmo declaração de contratação futura do profissional. Essa declaração deve ser acompanhada de declaração de anuência do profissional.

6.5.3.3. Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita por meio do ato constitutivo e certidão do conselho profissional competente, conforme o caso.

6.5.3.4. Não serão admitidos certidões ou atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021 em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

6.5.3.5. Para fins da comprovação de que trata o subitem 6.5.3.1., os atestados ou certidões deverão dizer respeito as seguintes parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto: Correspondente a 20% (vinte por cento) do quantitativo de equipamentos do lote licitado.

6.5.3.6. Prova de inscrição ou registro de profissionais do licitante, junto ao conselho competente: CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) regional, da localidade da sede do licitante, em plena validade;

6.5.3.8. Na assinatura do contrato a licitante deverá comprovar, conforme os subitens abaixo, sob risco de não ser assinado o termo contratual:

a) Dispor de estrutura, sede ou filial, em nome da licitante (proprietário ou locatário), com equipes de técnicos e auxiliares em refrigeração, preferencialmente com veículo (s) da licitante para deslocamentos das equipes à contratante, podendo a sede ou filial estar em Fortaleza/CE ou região metropolitana, mediante comprovação documental, para fins de atendimento dos serviços de manutenções corretivas durante o período de garantia ofertado.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

7.1. A despesa decorrente desta licitação ocorrerá à conta de dotação consignada abaixo:

- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0001, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento do Gabinete do Prefeito - GABPREF;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0002, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento do Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza - IPPLAN;
- Projeto Atividade: 19.122.0001.1003.0005, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza - CITINOVA;
- Projeto Atividade: 04.126.0001.1003.0008, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Agência de Desenvolvimento da Economia do Mar de Fortaleza - ADEMFOR;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0012, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.501.0000.00.00 / 0.1.752.0000.00.00/ 0.1.756.0000.00.01, do orçamento da Autarquia Municipal de Transito e Cidadania – AMC;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0015, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento do Gabinete do Vice-Prefeito - GABVICE.
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0016, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Procuradoria Geral do Município – PGM;
- Projeto Atividade: 04.126.0001.1003.0017, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.501.0000.00.00, do orçamento da Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental - ACFOR;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0022, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal de Governo - SEGOV;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0023, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Coordenadoria Especial de Apoio à Governança das Regionais - CEGOR;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0024, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 do orçamento da Secretaria Municipal das Licitações da Prefeitura de Fortaleza – SELIFOR;
- Projeto Atividade: 06.122.0001.1003.0026, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal da Segurança Cidadã – SESEC;
- Projeto Atividade: 06.122.0001.1003.0027, Elemento de Despesa: 44.90.52,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Guarda Municipal de Fortaleza - GMF;

- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0031, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.0001 / 0.1.501.0000.0000, do orçamento do Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos - IMPARH;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0034, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.899.0000.00.01, do orçamento do Instituto de Previdência do Município - IPM SAÚDE;
- Projeto Atividade 04.122.0001.1003.0035, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos - SCSP;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0037, elemento de despesa 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 / 0.1.501.0000.00.00, do orçamento da Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza - ETUFOR;
- Projeto Atividade: 04.122.2124.2105.0002, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.759.0000.00.03, do orçamento do Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária – FIDAF/SEFIN;
- Projeto Atividade: 12.122.0001.1003.0045, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.1001.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Educação - FME/SME;
- Projeto Atividade: 12.361.0042.1003.0046, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.1001.00.00 / 0.1.550.0000.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Educação - FME/SME;
- Projeto Atividade: 12.365.0052.1003.0047, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.1001.00.00 / 0.1.550.0000.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Educação - FME/SME;
- Projeto Atividade: 10.122.0001.1003.0048 / 10.301.0119.1003.0049 / 10.302.0123.1003.0051 / 10.305.0128.1003.0052, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.1002.00.00, do orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS/SMS;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0053 / 11.333.0027.1013.0006, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - SDE;
- Projeto Atividade: 11.333.0026.2026.0001 / 11.333.0027.1013.0006, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.754.0000.00.02, do orçamento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico - SDE;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0054, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 do orçamento da Secretaria Municipal da Infraestrutura – SEINF;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0061, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SECEL;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0064, Elemento de Despesa: 44.90.52,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 do orçamento da Secretaria Municipal do Turismo – SETFOR;

- Projeto Atividade: 14.244.0001.1003.0067 / 14.422.2127.1003.0070, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SDHDS;
- Projeto Atividade: 08.243.0001.1003.0072 / 08.243.0186.2046.0001 / 14.243.0186.2051.0001, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Fundação da Criança e da Família Cidadã – FUNCI;
- Projeto Atividade: 08.244.0141.1010.0022, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 / 0.1.660.0000.00.00, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0141.2021.0001, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.660.0000.00.00, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0171.2014.0001, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.660.0000.00.00, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0171.2014.0003, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 / 0.1.660.0000.00.00, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0171.2428.0002, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0210.1010.0023, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0210.2021.0002, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0211.1010.0024, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.660.0000.00.00, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0211.1013.0011, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01 / 0.1.660.0000.00.00, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 08.244.0211.2021.0003, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fontes de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- Projeto Atividade: 14.122.0001.1003.0075, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.759.0000.00.01, do orçamento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD/PROCON;
- Projeto Atividade: 13.122.0001.1003.0077 / 13.392.2130.1010.0027, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Secretaria de Cultura de Fortaleza - SECULTFOR;

- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0039, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.501.0000.00.00, do orçamento da Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza - URBFOR;
- Projeto Atividade: 16.482.0001.1003.0078, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR;
- Projeto Atividade: 04.122.0001.1003.0079, Elemento de Despesa: 44.90.52, Fonte de Recurso: 0.1.500.0000.00.01, do orçamento da Secretaria de Proteção Animal - SMPA.

8. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S):

8.1. ÓRGÃO GERENCIADOR: SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO – SEPOG.

8.2. ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	GABPREF	Rua São José, 01 – Centro – CEP: 60.060-170.
02	IPPLAN	Israel Bezerra – nº 570 - Dionísio Torres - CEP: 60.135-460.
03	CITINOVA	Rua dos Tremembés, 02 – Praia de Iracema. CEP: 60.060-250.
04	ADEMFOR	Rua Pereira Filgueiras, nº 16 – Centro – CEP: 60.160-150.
05	AMC	Av. Desembargador Gonzaga, 1630 – Cidade dos Funcionários. CEP: 60.823-012.
06	GABVICE	Rua dos Pacajus, 20 – Praia de Iracema – CEP: 60.060-520.
07	PGM	Rua Israel Bezerra, nº 570, 5º andar - Dionísio Torres - CEP 60.135-460.
08	ACFOR	Av. Antônio Sales, 1885 – Sobreloja – Dionísio Torres. CEP: 60.135-101.
09	SEGOV	Rua São José, 01 – Centro. CEP: 60.060-170.
10	CEGOR	Rua Professor Juraci Mendes de Oliveira, 01 – Edson Queiroz – CEP: 60.811-450.
11	SELIFOR	Rua Israel Bezerra, nº 570, 2º Andar - Dionísio Torres - CEP 60.135-460

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12	SESEC	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 - Messejana. CEP: 60.873-082.
13	GMF	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 - Messejana. CEP: 60.873-082.
14	IMPARH	Av. João Pessoa, 5609 – Damas. CEP: 60.435-682.
15	IPM-SAÚDE	Rua 24 de Maio, 1479 – Benfica. CEP: 60.020-001.
16	SCSP	Av. Pontes Vieira, 2391 – Dionísio Torres. CEP: 60135-237.
17	ETUFOR	Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 5451 – Passaré. CEP: 60.025.060
18	FIDAF/SEFIN	Rua General Bezerril, 755 – Centro. CEP: 60.055-100.
19	FME/SME	Av. Desembargador Moreira, 2875 – Dionísio Torres. CEP: 60.170-002.
20	FMS/SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro. CEP: 60.025-060.
21	SDE	Rua Tibúrcio Cavalcante, 1233 – Aldeota. CEP: 60.125-045.
22	SEINF	Av. Dep. Paulino Rocha, 1343 – Cajazeiras. CEP: 60.864-311.
23	SECEL	Rua Ildefonso Albano, 2050 – Dionísio Torres. CEP: 60.115-000.
24	SETFOR	Rua dos Tabajaras, 397, Praia de Iracema. CEP. 60.060-510
25	SDHDS	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 – Messejana. CEP: 60.873-082.
26	FUNCI	Av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres - CEP: 60.135-237.
27	FMAS / SDHDS	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 – Messejana. CEP: 60.873-082
28	FMDD/PROCON	Rua Major Facundo, 869-Centro-Fortaleza. Cep: 60.025-100
29	SECULTFOR	Rua Padre Valdevino, 1040 - Joaquim Távora CEP: 60.135.040.
30	URBFOR	Rua Jorge Dumar, 1501 – Benfica. CEP: 60.020-055.
31	HABITAFOR	Rua Paula Rodrigues, 304 - Fátima. CEP: 60.411-270.
32	SMPA	Rua Coronel Alves Teixeira 1905 – 1º andar – Dionísio Torres - CEP: 60.135- 280.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1.2. Fornecer o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

9.1.3. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

9.1.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

9.1.6. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

9.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.8. Quaisquer irregularidades, tanto na qualidade dos produtos como na entrega desses, deverão ter sua correção no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contadas após a formalização da reclamação.

9.1.9. A licitante deverá comprovar, no momento da assinatura do contrato ou da ordem de fornecimento, que possui credenciamento técnico junto ao fabricante da marca ofertada, garantindo que a instalação realizada pela licitante não implicará na perda da garantia de 5 anos do compressor pelo fabricante.

9.1.10. Discriminar na nota fiscal as especificações do objeto de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

9.1.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

9.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.13. Manter, durante todo o período de vigência da Ata/Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para a representação da licitante vencedora sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.

9.1.14. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

9.1.15. É de responsabilidade da CONTRATADA estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se tratar da manipulação dos dados da Contratante e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

9.1.16. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação dolosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE ou terceiros.

9.1.17. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

9.1.18. A CONTRATADA se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares das pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



9.1.19. Devem ser mantidas pela CONTRATADA todas as condições de habilitação na oportunidade da assinatura do contrato, bem como durante toda a execução contratual.

9.1.20. O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.2.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega do objeto pelo (a) servidor/Comissão de fiscalização do Contrato ou outro designado pela autoridade competente.

9.2.2. Assegurar-se da entrega do objeto, verificando sempre o seu bom desempenho, por meio do (a) servidor/Comissão de fiscalização.

9.2.3. Documentar as ocorrências havidas.

9.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA que sejam necessários à execução do Contrato.

9.2.5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no instrumento contratual.

9.2.6. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA por meio da emissão de Ordem de Fornecimento.

9.2.7. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021.

9.2.8. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.2.9. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento, quando for o caso.

9.2.10. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



prejuízo da mera correção dos dados.

9.2.11. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

9.2.12. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2.13. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, cujas condições estarão estabelecidas no instrumento contratual.

9.2.14. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2.15. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.2.16. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 15.604/2023, e, por fim, as condições estabelecidas no instrumento contratual.

9.2.17. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, nos moldes previstos do art. 17 do Decreto Municipal nº 15.604/2023.

9.2.18. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, para emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.2.19. Em caso de solicitação do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no que pertine ao instrumento contratual, este será respondido pelos órgãos e entidades contratantes, no prazo estipulado no próprio documento, conforme o que preceitua o art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

9.2.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei, o licitante que praticar ato ilícito, na forma do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 15.604, de 28 de março de 20203, e especialmente quando:

10.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial, quando:

10.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, caso solicitada pela Administração Pública;

10.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

10.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.2.9. Fraudar a licitação;

10.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



10.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

10.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

10.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa;

III - Impedimento de licitar e contratar;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

10.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

10.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



aquele que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 11.4.
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

- a) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado
- b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§ 7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§ 8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

10.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - Der causa à inexecução total do contrato;
- III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
- VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

- I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou
- V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



§2º A sanção prevista no subitem 11.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

10.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

10.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

10.9.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

11. DA PUBLICAÇÃO:

11.1. Incumbirá ao contratante divulgar o instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA – QUANTITATIVO ANUAL PARA CADA

ÓRGÃO/ENTIDADE

Ordem	Código	Descrição item	Unidade	Entidade	Quantidade
1	3575674	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 9000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	24901 - FME	55
				31901 - FMAS	38
				29101 - SECEL	2
				25901 - FMS - AC	206
				34101 - HABITAFOR	3
				11102 - COEPA	10
				11101 - GABPREF	3
				31201 - FUNC1	30
				19204 - ETUFOR	5
				19201 - AMC	10
				33201 - URBFOR	20
				12101 - GABVICE	3
				33101 - SEGER	26
				13101 - PGM	4
				19101 - SCSP	2
				18203 - IPM-SAÚDE	18
				18201 - IMPARH	20
				17102 - GMF	4
				15101 - SEGOV	8
				11202 - IPPLAN	2
				23901 - FIDAF	2
				32101 - SECULTFOR	5
				31101 - SDHDS	3
Total por itens					479
2	3575675	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 18000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	30101 - SETFOR	2
				11101 - GABPREF	8
				12101 - GABVICE	3
				13101 - PGM	10
				24901 - FME	520
				25901 - FMS - AC	620
				26101 - SDE	3
				29101 - SECEL	4
				31901 - FMAS	54
				31101 - SDHDS	8
				32101 - SECULTFOR	8
				11202 - IPPLAN	6

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



				15101 - SEGOV	10
				17101 - SESEC	4
				17102 - GMF	77
				18201 - IMPARH	30
				18203 - IPM-SAÚDE	7
				19101 - SCSP	4
				19201 - AMC	12
				19204 - ETUFOR	20
				13201 - ACFOR	2
				11205 - CITINOVA	5
				31201 - FUNCİ	10
				34101 - HABITAFOR	3
				23901 - FIDAF	5
				31905 - FMDDD	3
				33101 - SEGER	26
				33201 - URBFOR	2
				11102 - COEPA	26
				11206 - ADEMFOR	2
Total por itens					1.494
3	3575676	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 22000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	19201 - AMC	5
				19101 - SCSP	2
				31101 - SDHDS	8
				18201 - IMPARH	20
				33101 - SEGER	13
				25901 - FMS - AC	93
				23901 - FIDAF	5
				31905 - FMDDD	2
				32101 - SECULTFOR	3
				13102 - CLFOR	2
				24901 - FME	458
				34101 - HABITAFOR	2
				31201 - FUNCİ	10
				27101 - SEINF	4
				11205 - CITINOVA	10
				11101 - GABPREF	8
				15101 - SEGOV	8
				19204 - ETUFOR	10
				31901 - FMAS	68
Total por itens					731
4	3575677	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 24000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE	UNIDADE (UN)	24901 - FME	460
				23901 - FIDAF	9

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br

EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

		REMOTO SEM FIO.		11101 - GABPREF	4
				26101 - SDE	6
				15101 - SEGOV	10
				34101 - HABITAFOR	1
				31901 - FMAS	53
				17102 - GMF	9
				31101 - SDHDS	8
				19201 - AMC	5
				31201 - FUNC1	10
				19101 - SCSP	2
				17101 - SESEC	4
				18201 - IMPARH	30
				11202 - IPPLAN	6
				19204 - ETUFOR	10
				33101 - SEGER	13
				11102 - COEPA	8
				30101 - SETFOR	2
				11205 - CITINOVA	9
				25901 - FMS - AC	210
				13201 - ACFOR	9
				32101 - SECULTFOR	5
				12101 - GABVICE	4
				Total por itens	887
5	3575678	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 30000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	26101 - SDE	8
				31101 - SDHDS	6
				11206 - ADEMFOR	3
				32101 - SECULTFOR	10
				11202 - IPPLAN	4
				15101 - SEGOV	8
				24901 - FME	306
				17101 - SESEC	2
				17102 - GMF	15
				33101 - SEGER	13
				18201 - IMPARH	10
				19101 - SCSP	6
				19201 - AMC	6
				19204 - ETUFOR	10
				13201 - ACFOR	6
				11205 - CITINOVA	5
				11101 - GABPREF	4
				31201 - FUNC1	2

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



				12101 - GABVICE	5
				34101 - HABITAFOR	1
				23901 - FIDAF	6
				25901 - FMS - AC	69
				30101 - SETFOR	2
				31901 - FMAS	38
Total por itens					545
6	3575680	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 48000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	19201 - AMC	6
				29101 - SECEL	1
				24901 - FME	300
				33101 - SEGER	13
				11101 - GABPREF	1
				19204 - ETUFOR	10
				15101 - SEGOV	8
				11202 - IPPLAN	4
				23901 - FIDAF	4
				32101 - SECULTFOR	6
				25901 - FMS - AC	62
				31901 - FMAS	35
				31101 - SDHDS	5
				18203 - IPM-SAÚDE	3
				18201 - IMPARH	10
Total por itens					468
7	3575682	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 60000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	31101 - SDHDS	4
				25901 - FMS - AC	34
				24901 - FME	100
				19101 - SCSP	2
				23901 - FIDAF	2
				11101 - GABPREF	1
				32101 - SECULTFOR	4
				31901 - FMAS	12
				12101 - GABVICE	2
				11202 - IPPLAN	1
				31905 - FMDDD	3
				18201 - IMPARH	5
				19204 - ETUFOR	2
				19201 - AMC	8
				15101 - SEGOV	8
				33101 - SEGER	6
Total por itens					194
8	3575681	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 57000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE	UNIDADE (UN)	24901 - FME	100
				11101 - GABPREF	1

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



		REMOTO SEM FIO.		11202 - IPPLAN	1
				23901 - FIDAF	2
				31901 - FMAS	14
				18201 - IMPARH	5
				32101 - SECULTFOR	4
				25901 - FMS - AC	21
				31101 - SDHDS	4
				19204 - ETUFOR	2
				33101 - SEGER	6
				15101 - SEGOV	8
Total por itens					168
9	3594817	APARELHO DE AR-CONDICIONADO 60.000 BTU/H, SPLIT CASSETE 4 VIAS, CONTROLE REMOTO SEM FIO, SÓ FRIO, 380V, TRIFÁSICO.	UNIDADE (UN)	31901 - FMAS	14
				31101 - SDHDS	4
				25901 - FMS - AC	66
				19101 - SCSP	2
				33101 - SEGER	4
				15101 - SEGOV	2
				24901 - FME	200
				11202 - IPPLAN	3
Total por itens					295
10	3580670	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, SPLIT HI WALL, INVERTER, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	23901 - FIDAF	2
				25901 - FMS - AC	1.007
				29101 - SECEL	10
				11202 - IPPLAN	2
				31901 - FMAS	14
				19101 - SCSP	6
				26101 - SDE	5
				13102 - CLFOR	10
				11206 - ADEMFOR	1
				31101 - SDHDS	4
				19201 - AMC	25
				24901 - FME	128
				33101 - SEGER	26
				31201 - FUNC1	20
Total por itens					1.260
Total geral de itens					6.521

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



APÊNDICE I DO ANEXO I - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

1.1. Número do processo: P497888/2024

1.2. Área solicitante:

Nº CÓDIGO-SIGLA ENTIDADE

1. 11101 – GABPREF Gabinete do Prefeito
2. 11102 – COEPA Coordenadoria Especial de Proteção e Bem-Estar Animal
3. 11202 – IPPLAN Instituto de Pesquisa e Planejamento de Fortaleza
4. 11205 – CITINOVA Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação de Fortaleza
5. 11205 – ADEMFOR Agência de Desenvolvimento da Economia do Mar de Fortaleza
6. 12101 – GABVICE Gabinete do Vice-Prefeito
7. 13101 – PGM Procuradoria Geral do Município
8. 13102 – CLFOR Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza
9. 13201 – ACFOR Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental
10. 15101 – SEGOV Secretaria Municipal de Governo
11. 17101 – SESEC Secretaria Municipal da Segurança Cidadã
12. 17102 – GMF Guarda Municipal de Fortaleza
13. 18201 – IMPARH Instituto Municipal de Desenvolvimento de Recursos Humanos
14. 18203 – IPM-SAÚDE – Instituto de Previdência do Município
15. 19101 – SCSP Secretaria Municipal da Conservação e Serviços Públicos
16. 19201 – AMC Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania
17. 19204 – ETUFOR Empresa de Transporte Urbano de Fortaleza S/A
18. 23901 – FIDAF Fundo de Investimento e Desenvolvimento de Atividades da Administração Fazendária
19. 24901 – FME Fundo Municipal de Educação
20. 25901 – FMS-AC – Fundo Municipal de Saúde
21. 26101 – SDE Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico
22. 27101 – SEINF Secretaria Municipal de Infraestrutura

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



23. 29101 – SECEL Secretaria Municipal do Esporte e Lazer
24. 30101 – SETFOR Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza
25. 31101 – SDHDS Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
26. 31201 – FUNCI Fundação da Criança e da Família Cidadã
27. 31901 – FMAS Fundo Municipal de Assistência Social
28. 31905 – FMDDD Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos
29. 32101 – SECULTFOR Secretaria Municipal da Cultura de Fortaleza
30. 33101 – SEGER Secretaria Municipal da Gestão Regional
31. 33201 – URBFOR Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza
32. 34101 – HABITAFOR Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza

1.3. Equipe responsável:

I – Roseane Pereira Rodrigues (CEARP)

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Trata-se da necessidade de instalação e climatização em ambientes administrativos e de atendimento ao público, proporcionando conforto térmico e funcionalidade em todos os órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, maior eficiência energética, atendendo às normas de segurança e sustentabilidade, garantindo a melhoria das condições de trabalho e o bem-estar dos servidores públicos e dos usuários. Considerando ainda que o clima predominante em Fortaleza é caracterizado por altas temperaturas durante a maior parte do ano, o que exige sistemas de climatização eficientes para garantir a qualidade do ambiente de trabalho e o bem-estar dos servidores e da população atendida, foi realizado um diagnóstico da situação atual dos aparelhos de ar-condicionado e foram identificados alguns desafios, tais como: equipamentos obsoletos com alto consumo de energia, necessidade de manutenção frequente devido à vida útil dos aparelhos, presença de modelos não padronizados, dificultando a manutenção e reposição de peças, espaços administrativos que não atendem às condições ideais de climatização. Com o tempo, os aparelhos mais antigos tendem a perder eficiência, consumindo mais energia e aumentando os custos de operação. Além disso, equipamentos novos geralmente contam com tecnologias mais avançadas, que proporcionam melhor desempenho, maior

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



economia de energia e maior durabilidade. A troca por novos equipamentos também ajuda a evitar problemas de manutenção frequente e possíveis falhas, garantindo maior conforto, segurança e eficiência no ambiente de trabalho ou atendimento ao público. Assim, constatou-se a necessidade de ampliação e a substituição de alguns equipamentos do parque de ar-condicionado dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.

3. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento de mercado com o objetivo de identificar as alternativas viáveis para a **aquisição de aparelhos de ar-condicionado com serviço de instalação** destinados a diversos órgãos da Prefeitura de Fortaleza. O levantamento buscou informações junto a fornecedores, catálogos eletrônicos, portais de compras públicas e registros de contratações similares, a fim de subsidiar a escolha da solução mais vantajosa sob os aspectos **técnico, econômico e socioambiental**.

1. Análise das alternativas possíveis:
Foram analisadas as seguintes alternativas de atendimento à necessidade:

Alternativa 1: Aquisição direta de equipamentos novos com serviço de instalação incluso.

Justificativa técnica: garante a compatibilidade entre o equipamento e o serviço de instalação, assegurando melhor desempenho e durabilidade dos aparelhos, além de contar com garantia unificada de fabricante e instalador.

Justificativa econômica: possibilita maior competitividade entre os fornecedores e melhor relação custo-benefício, reduzindo custos de deslocamento e eventuais retrabalhos.

*Justificativa socioambiental: permite a exigência de equipamentos com **selo Procel de eficiência energética**, utilização de gases ecológicos e destinação ambientalmente adequada de resíduos e aparelhos substituídos.*

Alternativa 2: Contratação separada de equipamentos e de serviços de instalação.

Justificativa técnica: apresenta maior risco de incompatibilidade entre o modelo do equipamento e a instalação realizada, além de dificultar o controle de garantias.

Justificativa econômica: tende a elevar o custo total da contratação, uma vez que o serviço de instalação seria contratado isoladamente, podendo gerar duplicidade de deslocamentos e custos adicionais.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Justificativa socioambiental: reduz a possibilidade de controle centralizado de práticas sustentáveis durante o processo de instalação e descarte.

Alternativa 3: Locação de equipamentos de ar-condicionado.

Justificativa técnica: a solução é mais adequada a demandas temporárias, não atendendo à natureza contínua e permanente da necessidade dos órgãos municipais.

Justificativa econômica: apresenta custo elevado no longo prazo, sem agregar valor patrimonial à Administração.

Justificativa socioambiental: gera maior rotatividade de equipamentos, o que pode aumentar o consumo de energia e resíduos.

Para complementar o estudo foi realizada uma pesquisa sobre as práticas atuais da administração pública em âmbito nacional. As alternativas identificadas foram a aquisição e a locação de aparelhos de ar-condicionado.

A pesquisa foi conduzida no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), onde foram identificados 844 (oitocentos e quarenta e quatro) Atas de Registro de Preços de aquisição e 4 (quatro) de locação, conforme demonstrativos abaixo:

	Portal Nacional de Contratações Públicas	Buscar no PNCP	Entrar
Ata nº 00007/2024 Id ata PNCP: 07248660000135-1-000005/2024-000001 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 11/02/2025 Órgão: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS Local: Palmas/TO Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de aparelhos de AR CONDICIONADO, TIPO SPLIT, para atender as demandas das unidades da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.	>		
Ata nº 05000002864/2025 Id ata PNCP: 75904524000106-1-000573/2025-000004 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 11/02/2025 Órgão: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO Local: Campo Mourão/PR Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS - OS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO DEVERÃO SER INSTALADOS PELA EMPRESA CONTRATADA, ESTANDO INCLUSOS MATERIAIS E MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO	>		
Ata nº 05000002865/2025 Id ata PNCP: 75904524000106-1-000573/2025-000003 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 11/02/2025 Órgão: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO Local: Campo Mourão/PR Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS - OS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO DEVERÃO SER INSTALADOS PELA EMPRESA CONTRATADA, ESTANDO INCLUSOS MATERIAIS E MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO	>		
Ata nº 05000002866/2025 Id ata PNCP: 75904524000106-1-000573/2025-000002 Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 11/02/2025 Órgão: MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO Local: Campo Mourão/PR Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS - OS EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO DEVERÃO SER INSTALADOS PELA EMPRESA CONTRATADA, ESTANDO INCLUSOS MATERIAIS E MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÃO	>		

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP



Entrar

Ata nº 01/2025-UNIR LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA (DUPLICADO)/2025

Id ata PNCP: 11370658000101-1-000007/2025-000001

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 21/01/2025

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Local: São Cristóvão/SE

Objeto: LOCAÇÃO AMBULÂNCIA DE SIMPLES REMOÇÃO, MOTOR COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 1.3 CC, COR BRANCA, DIREÇÃO HIDRÁULICA E/OU ELÉTRICA, AR CONDICIONADO, PORTAS LATERAIS E TRASEIRA, ASSENTO P/ ACOMPANHAMENTO/AUXILIAR/TÉCNICO DE ENFERMAGEM, REVESTIDO EM CORVIN, PISO LAVÁVEL ANTIDERRAPANTE, JANELA COM VIDRO MÓVEL CORREDIÇÃO, EQUIPADO COM SINALIZADOR ÓPTICO E ACÚSTICO, APARELHO DE RÁDIO COMUNICAÇÃO, SUPORTE PARA SORO, MACA COM RODAS, BICOMBUSTÍVEL, ANO DE FABRICAÇÃO NÃO INFERIOR A 2022, AS DESPESAS COM MANUTENÇÃO ...

Ata nº 00022/2024

Id ata PNCP: 21337238000187-1-000006/2024-000001

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 02/12/2024

Órgão: EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTES EPT Local: Maricá/RJ

Objeto: Contratação, sob o sistema de registro de preços, de empresa especializada para serviços de LOCAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO de diferentes capacidades a serem instalados nas dependências da Empresa Pública de Transportes - EPT.

Ata nº 054/2024/2024

Id ata PNCP: 08493371000164-1-000019/2024-000001

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 16/09/2024

Órgão: RIO DO NORTE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO DO NORTE Local: Natal/RN

Objeto: Formação de registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de aparelhos condicionadores de ar.

Ata nº 004/2024 - ARPCorp/2024

Id ata PNCP: 10377679000196-1-000027/2024-000001

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 02/08/2024

Órgão: MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES Local: Jaboatão dos Guararapes/PE

Objeto: Formalização de REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVO para eventual contratação de empresa especializada no serviço de locação de aparelhos de ar condicionado do tipo split e do tipo janela, novos, incluindo instalação e desinstalação completa, higienização, manutenção preventiva e corretiva com troca de peças, por um período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus adendos, a fim de atender as unidades de serviço da Prefeitura do Jaboatão ...

1-4 de 4 itens

1

10

Conclusão do levantamento de mercado:

Após análise das alternativas, conclui-se que a **aquisição de aparelhos de ar-condicionado novos, do tipo Split Inverter, com serviço de instalação incluso (Alternativa 1)** apresenta-se como a opção **mais vantajosa**, para a Administração Pública, por reunir melhores condições técnicas de desempenho, garantia e durabilidade; maior economicidade no ciclo de vida do equipamento; e atendimento às diretrizes de sustentabilidade ambiental previstas na legislação. Essa alternativa assegura ainda a padronização dos equipamentos e serviços em toda a rede de órgãos municipais, contribuindo para o uso racional de recursos públicos e a melhoria das condições de trabalho e atendimento à população.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO RECOMENDADA

A solução recomendada consiste na **aquisição de aparelhos de ar-condicionado do tipo *split*, com tecnologia *inverter* e alta eficiência energética, Selo Procel A, utilizando gás ecológico**, acompanhados do **serviço completo de instalação**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra especializada e garantia integrada de equipamentos e serviços. Os aparelhos *split inverter* proporcionam climatização eficiente, com menor consumo de energia e menor nível de ruído, garantindo conforto térmico e sustentabilidade ambiental. Essa solução assegura o desempenho adequado dos sistemas de climatização, reduz custos operacionais e de manutenção, além de padronizar os equipamentos utilizados nos diversos órgãos da Prefeitura de Fortaleza. O contrato contemplará ainda práticas sustentáveis, como o descarte ambientalmente correto de equipamentos substituídos, contribuindo para o uso racional dos recursos públicos e a melhoria das condições de trabalho e atendimento à população.

5 DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO:

A contratação para aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado *tipo split com tecnologia inverter* deverá observar os seguintes requisitos técnicos, legais e operacionais, de modo a garantir a qualidade, eficiência e sustentabilidade do objeto:

Requisitos de manutenção e garantia: os equipamentos deverão possuir **garantia mínima de 12 (doze) meses** para todo o conjunto e **garantia estendida do compressor de, no mínimo, 5 (cinco) anos**, contadas a partir da data de instalação e aceite definitivo. Também deverá ser fornecido **manual de operação e manutenção preventiva**, a fim de garantir o pleno funcionamento e a durabilidade dos equipamentos.

Requisitos temporais: o prazo para **entrega e instalação** dos equipamentos deverá ser compatível com as necessidades dos órgãos municipais, observando o cronograma estabelecido pela Administração, de forma a não prejudicar o andamento das atividades

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



administrativas. A execução deverá ocorrer em etapas planejadas, garantindo o cumprimento dos prazos contratuais e a continuidade dos serviços públicos.

Requisitos legais: a contratação observará integralmente a **Lei nº 14.133/2021** e demais normas correlatas, incluindo as disposições relativas à regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária dos licitantes, bem como às exigências de segurança e conformidade técnica conforme normas da **ABNT (NBR 5410, NBR 16401 e NBR 15848)**. Os equipamentos deverão possuir **selo Procel de eficiência energética e certificação do INMETRO**, garantindo a conformidade com as normas nacionais de desempenho e eficiência.

Requisitos socioambientais: deverão ser priorizados equipamentos que utilizem **gases refrigerantes ecológicos (R-410A ou equivalente)**, livres de substâncias agressivas à camada de ozônio. O fornecedor deverá garantir o **descarte ambientalmente adequado** de equipamentos e resíduos provenientes da instalação, conforme a **Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010)**. Serão observados critérios de sustentabilidade, eficiência energética e redução do impacto ambiental durante todas as etapas do contrato.

Requisitos de transporte: o transporte dos equipamentos deverá ser realizado de forma a **assegurar a integridade física dos aparelhos**, utilizando embalagens apropriadas e veículos adequados para o tipo e volume de carga. O fornecedor será responsável pelo transporte até os locais de entrega e instalação definidos pela Administração, assumindo integralmente os custos e riscos até o recebimento definitivo.

Requisitos de qualificação técnico operacional de instalação

A instalação deverá ser executada por profissionais engenheiros e ou técnicos devidamente qualificados e certificados, observando rigorosamente as normas técnicas vigentes, as legislações aplicáveis e as especificações do fabricante. A contratada deverá dispor de uma equipe operacional ampla e capacitada, capaz de atender de forma simultânea e eficiente a demanda de vários órgãos da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Deverão ser fornecidos todos os materiais necessários à execução dos serviços, incluindo tubulações, suportes, cabos, drenos, conexões e proteções adequadas. A instalação deverá contemplar ainda a realização de testes completos de funcionamento, bem como a entrega técnica do sistema em pleno desempenho, com a emissão do correspondente termo de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



aceite pela Administração. Esses requisitos asseguram que a contratação atenda aos princípios da eficiência, economicidade, sustentabilidade e qualidade, garantindo a durabilidade dos equipamentos e o conforto ambiental nos ambientes de trabalho dos órgãos municipais.

6. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

6.1 Os quantitativos do material descritos nos anexos deste Estudo Técnico Preliminar estão de acordo com a demanda de cada órgão ou entidade, consoantes justificativas acostadas aos autos do processo, e foram estimadas com base no Plano de Suprimento nº 4213/2024, conforme demonstrado abaixo:

Ordem	Código	Descrição item	Unidade	Entidade	Quantidade
1	3575674	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 9000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	24901 - FME	55
				31901 - FMAS	38
				29101 - SECEL	2
				25901 - FMS - AC	206
				34101 - HABITAFOR	3
				11102 - COEPA	10
				11101 - GABPREF	3
				31201 - FUNC1	30
				19204 - ETUFOR	5
				19201 - AMC	10
				33201 - URBFOR	20
				12101 - GABVICE	3
				33101 - SEGER	26
				13101 - PGM	4
				19101 - SCSP	2
				18203 - IPM-SAÚDE	18
				18201 - IMPARH	20
				17102 - GMF	4
				15101 - SEGOV	8
				11202 - IPPLAN	2
				23901 - FIDAF	2
				32101 - SECULTFOR	5
				31101 - SDHDS	3
Total por itens					479
2	3575675	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 18000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	30101 - SETFOR	2
				11101 - GABPREF	8
				12101 - GABVICE	3
				13101 - PGM	10

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



				24901 - FME	520
				25901 - FMS - AC	620
				26101 - SDE	3
				29101 - SECEL	4
				31901 - FMAS	54
				31101 - SDHDS	8
				32101 - SECULTFOR	8
				11202 - IPPLAN	6
				15101 - SEGOV	10
				17101 - SESEC	4
				17102 - GMF	77
				18201 - IMPARH	30
				18203 - IPM-SAÚDE	7
				19101 - SCSP	4
				19201 - AMC	12
				19204 - ETUFOR	20
				13201 - ACFOR	2
				11205 - CITINOVA	5
				31201 - FUNC1	10
				34101 - HABITAFOR	3
				23901 - FIDAF	5
				31905 - FMDDD	3
				33101 - SEGER	26
				33201 - URBFOR	2
				11102 - COEPA	26
				11206 - ADEMFOR	2
				Total por itens	1.494
3	3575676	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 22000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	19201 - AMC	5
				19101 - SCSP	2
				31101 - SDHDS	8
				18201 - IMPARH	20
				33101 - SEGER	13
				25901 - FMS - AC	93
				23901 - FIDAF	5
				31905 - FMDDD	2
				32101 - SECULTFOR	3
				13102 - CLFOR	2
				24901 - FME	458
				34101 - HABITAFOR	2
				31201 - FUNC1	10
				27101 - SEINF	4

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



				11205 - CITINOVA	10
				11101 - GABPREF	8
				15101 - SEGOV	8
				19204 - ETUFOR	10
				31901 - FMAS	68
Total por itens					731
4	3575677	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 24000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	24901 - FME	460
				23901 - FIDAF	9
				11101 - GABPREF	4
				26101 - SDE	6
				15101 - SEGOV	10
				34101 - HABITAFOR	1
				31901 - FMAS	53
				17102 - GMF	9
				31101 - SDHDS	8
				19201 - AMC	5
				31201 - FUNC1	10
				19101 - SCSP	2
				17101 - SESEC	4
				18201 - IMPARH	30
				11202 - IPPLAN	6
				19204 - ETUFOR	10
				33101 - SEGER	13
				11102 - COEPA	8
				30101 - SETFOR	2
				11205 - CITINOVA	9
				25901 - FMS - AC	210
				13201 - ACFOR	9
				32101 - SECULTFOR	5
				12101 - GABVICE	4
Total por itens					887
5	3575678	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 30000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	26101 - SDE	8
				31101 - SDHDS	6
				11206 - ADEMFOR	3
				32101 - SECULTFOR	10
				11202 - IPPLAN	4
				15101 - SEGOV	8
				24901 - FME	306
				17101 - SESEC	2
				17102 - GMF	15
				33101 - SEGER	13

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



				18201 - IMPARH	10
				19101 - SCSP	6
				19201 - AMC	6
				19204 - ETUFOR	10
				13201 - ACFOR	6
				11205 - CITINOVA	5
				11101 - GABPREF	4
				31201 - FUNC1	2
				12101 - GABVICE	5
				34101 - HABITAFOR	1
				23901 - FIDAF	6
				25901 - FMS - AC	69
				30101 - SETFOR	2
				31901 - FMAS	38
Total por itens					545
6	3575680	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 48000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	19201 - AMC	6
				29101 - SECEL	1
				24901 - FME	300
				33101 - SEGER	13
				11101 - GABPREF	1
				19204 - ETUFOR	10
				15101 - SEGOV	8
				11202 - IPPLAN	4
				23901 - FIDAF	4
				32101 - SECULTFOR	6
				25901 - FMS - AC	62
				31901 - FMAS	35
				31101 - SDHDS	5
				18203 - IPM-SAÚDE	3
				18201 - IMPARH	10
Total por itens					468
7	3575682	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 60000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	31101 - SDHDS	4
				25901 - FMS - AC	34
				24901 - FME	100
				19101 - SCSP	2
				23901 - FIDAF	2
				11101 - GABPREF	1
				32101 - SECULTFOR	4
				31901 - FMAS	12
				12101 - GABVICE	2
				11202 - IPPLAN	1

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



				31905 - FMDDD	3
				18201 - IMPARH	5
				19204 - ETUFOR	2
				19201 - AMC	8
				15101 - SEGOV	8
				33101 - SEGER	6
Total por itens					194
8	3575681	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 57000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	24901 - FME	100
				11101 - GABPREF	1
				11202 - IPPLAN	1
				23901 - FIDAF	2
				31901 - FMAS	14
				18201 - IMPARH	5
				32101 - SECULTFOR	4
				25901 - FMS - AC	21
				31101 - SDHDS	4
				19204 - ETUFOR	2
				33101 - SEGER	6
				15101 - SEGOV	8
Total por itens					168
9	3594817	APARELHO DE AR-CONDICIONADO 60.000 BTU/H, SPLIT CASSETE 4 VIAS, CONTROLE REMOTO SEM FIO, SÓ FRIO, 380V, TRIFÁSICO.	UNIDADE (UN)	31901 - FMAS	14
				31101 - SDHDS	4
				25901 - FMS - AC	66
				19101 - SCSP	2
				33101 - SEGER	4
				15101 - SEGOV	2
				24901 - FME	200
				11202 - IPPLAN	3
Total por itens					295
10	3580670	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, SPLIT HI WALL, INVERTER, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	23901 - FIDAF	2
				25901 - FMS - AC	1.007
				29101 - SECEL	10
				11202 - IPPLAN	2
				31901 - FMAS	14
				19101 - SCSP	6
				26101 - SDE	5
				13102 - CLFOR	10

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕESRua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



				11206 - ADEMFOR	1
				31101 - SDHDS	4
				19201 - AMC	25
				24901 - FME	128
				33101 - SEGER	26
				31201 - FUNC1	20
Total por itens					1.260
Total geral de itens					6.521

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 (Inciso V, § 1º, art. 18) define a necessidade de realização de pesquisa de mercado nos estudos preliminares para aquisição de bens e contratação de serviços em geral nos processos de aquisição e contratação;

Desta forma, foi realizada pesquisa de preços, nos moldes do art. 23 da mencionada Lei, pela Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços (CEARP), da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG);

Assim, estimamos para essa contratação o valor de R\$ **38.428920,89** (trinta e oito milhões, quatrocentos e vinte oito mil, novecentos e vinte reais e oitenta e nove centavos) considerando a mediana dos preços pesquisados, a mediana é utilizada em vez da média quando se deseja evitar distorções provocadas por valores extremos (muito altos ou muito baixos) que possam comprometer a representatividade do cálculo. Enquanto a média aritmética considera todos os valores e pode ser influenciada por valores extremos, a mediana reflete o valor central da distribuição, garantindo maior fidelidade ao comportamento típico dos dados. Assim, a mediana é mais apropriada em situações onde há grande variação nos preços, quantidades ou desempenhos, proporcionando uma referência mais justa, equilibrada e realista para subsidiar decisões administrativas. Segue Mapa de Preços abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

FL. | 89

Ordem	Código	Descrição item	Unidade	Quantidade	Banco de Preços		Ata de Registro de Preços				Fornecedor	Mediana	Valor Total
									Ata de Registro de Preço nº 03/2025 Secretaria de Justiça do Estado do Piauí		GELAR REFRIGERAÇÃO COMERCIAL LTDA - CNPJ: 11.805.967/0001-67		
1	3575674	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 9000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	479	R\$ 2.448,51	-	-	-	R\$ 2.379,00	-	R\$ 3.062,00	R\$ 2.448,51	R\$ 1.172.836,29
							Ata de Registro de Preço nº 20 2025 Prefeitura de São Francisco de Paula	Ata de Registro de Preço nº 03/2025 Secretaria de Justiça do Estado do Piauí					
2	3575675	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 18000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	1.494	R\$ 4.434,25	-		R\$ 4.047,00	R\$ 3.280,00	-	R\$ 4.730,00	R\$ 4.240,63	R\$ 6.335.493,75
									Ata de Registro de Preço nº 03/2025 Secretaria de				

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

FL. | 90

									Justiça do Estado do Piauí				
3	3575676	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 22000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	731	R\$ 4.766,75	-	-	-	R\$ 4.280,00	-	R\$ 5.750,00	R\$ 4.766,75	R\$ 3.484.494,25
								Ata de Registro de Preço nº 20 2025 Prefeitura de São Francisco de Paula	Ata de Registro de Preço nº 03/2025 Secretaria de Justiça do Estado do Piauí				
4	3575677	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 24000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	887	R\$ 5.746,33	-		R\$ 5.088,00	-	-	R\$ 6.166,00	R\$ 5.746,330	R\$ 5.096.994,71
									Ata de Registro de Preço nº 03/2025 Secretaria de Justiça do Estado do Piauí	Ata de Registro de preços TRE Paraná			
5	3575678	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 30000	UNIDADE (UN)	545	R\$ 5.942,59	-	-	-	R\$ 5.599,99	R\$ 5.036,41		R\$ 5.599,99	R\$ 3.051.994,55

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

		BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.											
									Ata de Registro de Preço nº 03/2025 Secretaria de Justiça do Estado do Piauí				
6	35756 80	AR CONDICION ADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 48000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	468	R\$ 12.023,00		-	-	R\$ 10.300,00	-	R\$ 12.023,00	R\$ 12.023,00	R\$ 5.626.764,00
										Ata de Registro de Preço PMB 464/2025			
7	35756 82	AR CONDICION ADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 60000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	194	R\$ 11.591,72		-	-	R\$ 11.200,00	R\$ 11.049,00	R\$ 12.646,00	R\$ 11.395,86	R\$ 2.210.796,84
						CAMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADIN A							

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

FL. | 92

8	3575681	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 57000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)	168	R\$ 14.663,00	R\$ 14.403,16	-	-	-	-	R\$ 14.769,00	R\$ 14.663,00	R\$ 2.463.384,00
						Caesb Companhia de Saneament o Ambiental DF				ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20250258 - Soure			
9	3594817	APARELHO DE AR- CONDICIONADO 60.000 BTU/H, SPLIT CASSETTE 4 VIAS, CONTROLE REMOTO SEM FIO, SÓ FRIO, 380V, TRIFÁSICO.	UNIDADE (UN)	295	R\$ 11.902,69	R\$ 15.619,21	-	-	-	R\$ 13.770,00	R\$ 14.769,00	R\$ 14.269,50	R\$ 4.209.502,50
						Ata de Registro de Preços nº 18/2025 - Universidade Federal de Itajubá							
10	3580670	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, SPLIT	UNIDADE (UN)	1.260	R\$ 2.782,92	R\$ 4.160,00	-	-	-	R\$ 3.791,00	R\$ 3.791,00	R\$ 4.776.660,00	

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil

(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

FL. | 93

		HI WALL, INVERTER, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.											
													R\$ 38.428.920,8 9

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Considerando que a contratação envolve a aquisição de 10 itens com diferentes modelos de aparelhos de ar-condicionado tipo split, avaliou-se a possibilidade de parcelamento do objeto. No entanto, observou-se dificuldade na obtenção de propostas de preços junto aos fornecedores quando o fornecimento dos equipamentos está vinculado ao serviço de instalação, o que demonstra que o mercado tende a oferecer soluções integradas para esse tipo de demanda. O fracionamento poderia resultar em ausência de competitividade, risco de incompatibilidades técnicas e aumento de custos decorrente da contratação separada de equipamentos e serviços. Dessa forma, conclui-se que **não é vantajoso o parcelamento**, devendo a contratação ocorrer de forma **global**, garantindo a adequada execução do serviço, a compatibilidade entre os modelos adquiridos e a ampliação da competitividade entre fornecedores capazes de entregar a solução completa.

9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

PROCESSO Nº P372105/2024 – Processo de Manutenção preventiva e corretiva.

10. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

Consoante os Documentos de Formalização de Interesse de Participação da presente contratação, os órgãos e entidades participantes declararam que as demandas preenchidas no Plano de Suprimento 4213/2024 estão previstas no Plano de Contratação Anual de 2025.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a aquisição e instalação dos novos aparelhos de ar-condicionado, espera-se:

Melhorar as condições de conforto térmico e a produtividade; Reduzir o consumo de energia elétrica por meio de equipamentos mais eficientes e modernos;
Garantir a conformidade com as normas ambientais e de eficiência energética.

12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Prever cláusulas sobre prazos de garantia, penalidades por descumprimento de obrigações e políticas de descarte, considerar o **PROCESSO Nº P372105/2024 de manutenção preventiva e corretiva de ar-condicionado**. Não haverá formação de estoque ou armazenamento prévio dos aparelhos de ar-condicionado, uma vez que o fornecimento será realizado **de acordo com a demanda específica de cada órgão da Prefeitura de Fortaleza**. Dessa forma, as entregas e instalações ocorrerão de maneira programada, conforme a necessidade efetiva de cada unidade administrativa, evitando custos com armazenagem, riscos de deterioração dos equipamentos e otimizando a gestão dos recursos públicos. Essa estratégia garante maior eficiência logística, redução de desperdícios e adequação do fornecimento ao planejamento real de utilização dos órgãos municipais.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

A aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado podem gerar alguns **impactos ambientais** relevantes, que devem ser considerados e mitigados ao longo da execução contratual, tais como:

1. **Consumo elevado de energia elétrica**, contribuindo para o aumento das emissões indiretas de gases de efeito estufa associadas à geração de energia;
2. **Geração de resíduos sólidos**, especialmente provenientes de embalagens, componentes substituídos e aparelhos inservíveis descartados;
3. **Risco de liberação de gases refrigerantes**, que, caso sejam inadequadamente manuseados, podem causar danos à camada de ozônio e contribuir para o aquecimento global;
4. **Poluição sonora e resíduos de obra** durante as etapas de instalação, especialmente em ambientes ocupados;
5. **Descarte inadequado de materiais e equipamentos obsoletos**, impactando o solo e os corpos d'água.

Esses impactos podem ser mitigados por meio da adoção de **equipamentos com selo procel A, garantindo eficiência energética**, utilização de **gases ecológicos (como o R-**



410A), destinação ambientalmente adequada dos resíduos e treinamento técnico adequado das equipes de instalação e manutenção, garantindo a conformidade com as normas ambientais e a sustentabilidade do processo de contratação.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA:

O presente estudo evidencia que a solução aqui apresentada, ou seja, o registro de preços para eventual aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo SPLIT INVERTER, para atender as necessidades dos órgãos e entidades do município de Fortaleza, mostra-se exequível e tecnicamente necessária. Diante do exposto, declara-se que a contratação em questão é plenamente viável e atende plenamente aos princípios basilares da Administração Pública, especialmente os da legalidade, eficiência, economicidade e transparência. Tal modalidade possibilita um planejamento adequado, uso racional dos recursos públicos e garantia de fornecimento contínuo e de qualidade, assegurando que as demandas dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza sejam atendidas de forma responsável, ética e em conformidade com o interesse público. Ademais, a estimativa de valor da contratação, detalhada no item 7, demonstra alinhamento com o Plano de Contratação Anual, informada pelos órgãos participantes, conferindo viabilidade financeira ao certame, reafirmando a viabilidade técnica e jurídica da contratação, em conformidade com os valores que regem a gestão pública.



APÊNDICE II DO ANEXO I – ANÁLISE DE RISCOS

ANÁLISE DE RISCO	
Processo:	P497888/2024
Data:	Dezembro/2025

Introdução:

Preliminarmente, é importante destacar que a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG) ainda não instituiu a Política de Gestão de Riscos Setorial prevista no art. 7º da Instrução Normativa nº 04/2024/CGM, que tem como objetivo apoiar na melhoria contínua das atividades administrativas, contratações, projetos, a alocação e utilização eficaz dos recursos públicos, estabelecendo um direcionamento estratégico na temática, devendo conter no mínimo, consoante art. 8º do referido normativo, as seguintes temáticas: I - diretrizes; II - objetivos; III - competências; IV - abrangência; V- operacionalização.

Desta forma, a fim de subsidiar o procedimento de gestão de riscos desenvolvido por esta área técnica, foram utilizadas as definições do Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM, do Manual de Gestão de Riscos do TCU, 2020, bem como as recomendações das melhores práticas internacionais que tratam da gestão de riscos corporativos, a exemplo do COSO/ERM e a ABNT NBR ISO 31000:2009.

Nessa perspectiva, a probabilidade de ocorrência do evento e de impacto e o apetite a risco foram definidos no contexto dos processos de aquisição corporativa, levando em consideração a experiência das pessoas envolvidas na fase preparatória, bem como a análise dos processos dos anos anteriores.

Sobre a delimitação do escopo, não obstante o macroprocesso de uma contratação pública abranger a fase preparatória, a seleção de fornecedores e a de execução contratual, a análise de risco deste processo identificará os riscos inerentes à fase

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



preparatória, levando em consideração que a solução definida no estudo técnico preliminar foi o **registro de preços para futuras e eventuais aquisições e instalações de aparelhos de ar condicionado do tipo split inverter**, de acordo com a demanda do Município. Assim, a execução contratual será realizada pelos órgãos e entidades participantes, não sendo possível avaliar e tratar os riscos decorrentes da fase de execução contratual por esta área técnica.

No procedimento de avaliação dos riscos, foi utilizada a escala de valores de probabilidade e impacto, conforme Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM. Vejamos:

Figura 21: Escala de probabilidade de ocorrência do risco.

Probabilidade	Descrição	Peso
Muito baixa	Improvável de ocorrer. Talvez em uma situação excepcional, mas nada nas circunstâncias atuais de análise indica essa possibilidade.	1
Baixa	Pode ser que raramente ocorra de forma inesperada ou casual pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	É possível que ocorra de alguma forma pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	3
Alta	É provável que ocorra pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	4
Muito alta	É praticamente certo que o evento ocorra segundo as circunstâncias atuais de análise	5

Fonte: Elaboração própria.

Figura 22: Escala de impacto da ocorrência do risco.

Impacto	Descrição	Peso
Muito baixo	Caso o risco ocorra, haverá um impacto mínimo nos objetivos da atividade.	1
Baixo	Caso o risco ocorra, haverá um pequeno impacto nos objetivos da atividade.	2
Médio	Caso o risco ocorra, haverá um moderado impacto nos objetivos da atividade, porém é recuperável.	3
Alto	Caso o risco ocorra, haverá um significativo impacto nos objetivos da atividade, será de difícil reversão.	4
Muito alto	Caso o risco ocorra, haverá um impacto catastrófico nos objetivos da atividade, não será possível reverter o impacto gerado.	5

Fonte: Elaboração própria.

Após a fase de avaliação dos riscos, esses riscos foram classificados conforme a definição do apetite e da tolerância ao risco definidos no Anexo IV. O apetite ao risco definido vincula como realizável o tratamento dos riscos considerados “extremos” e “altos”, seguindo a metodologia da CGM.

Desta forma, no tratamento dos riscos, foram analisados os riscos críticos e alguns riscos moderados. A atividade de controle do risco tem como objetivo garantir que o que foi determinado para diminuir os riscos de atingimento dos objetivos seja cumprido e obedecido. Uma forma de avaliar se os controles estão atuando da forma adequada na diminuição de riscos é analisar a eficácia de cada controle e determinar seu nível de confiança (NC). O nível de confiança de um controle é baseado em uma escala de avaliação da efetividade e da implementação de cada controle, conforme o



Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM:

Figura 24: Escala de risco de controle.

EXEMPLO DE ESCALA PARA AVALIAÇÃO DE CONTROLES		
Nível de confiança (NC)	Risco de Controle (RC)	Avaliação da efetividade e da implementação de controle
Inexistente NC = 0% (0,0)	Muito Alto 1,0	Controles inexistentes, mal desenhados ou mal implementados, isto é, não funcionais.
Fraco NC = 20% (0,2)	Alto 0,8	Controles têm abordagens ad hoc, tendem a ser aplicados caso a caso, a responsabilidade é individual, havendo elevado grau de confiança no conhecimento das pessoas.
Mediano NC = 40% (0,4)	Médio 0,6	Controles implementados mitigam alguns aspectos do risco, mas não contemplam todos os aspectos relevantes do risco devido a deficiências no desenho ou nas ferramentas utilizadas.
Satisfatório NC = 60% (0,6)	Baixo 0,4	Controles implementados e sustentados por ferramentas adequadas e, embora passíveis de aperfeiçoamento, mitigam o risco satisfatoriamente.
Forte NC = 80% (0,8)	Muito Baixo 0,2	Controles implementados podem ser considerados a "melhor prática", mitigando todos os aspectos relevantes do risco.

Fonte: Elaboração própria.

Para cada evento, foi definido como será a resposta ao risco. As respostas foram primeiramente categorizadas, incluindo as ações como evitar, reduzir, compartilhar ou aceitar os riscos, e essas ações foram detalhadas no plano de resposta a risco (ANEXO VIII).

Ao considerar a resposta, foi avaliado o efeito sobre a probabilidade de ocorrência e o impacto do risco, tendo ao final um risco residual, que também foi avaliado para que esteja dentro das tolerâncias a risco desejadas. Conforme o Manual de Teoria e Metodologia de Gestão de Riscos elaborado pela CGM, as categorias de respostas a riscos podem ser definidas da seguinte forma:

- Evitar – Descontinuação das atividades que geram os riscos.
- Reduzir – São adotadas medidas para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos ou, até mesmo, ambos.
- Compartilhar – Redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma porção do risco. As técnicas comuns compreendem a aquisição de seguro ou a terceirização de uma atividade.
- Aceitar – Nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.



Durante a aplicação do processo de gestão de risco, foi realizada comunicação informativa e consultiva entre todos os envolvidos, considerando que a comunicação é responsável por todo o alinhamento do processo de gestão de risco, desde a definição do escopo até a definição de tratamento do risco (Anexo IX).

Por fim, submetemos a referida análise de risco, apresentada nos anexos de I a IX, para avaliação e aprovação da autoridade competente.



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

ANEXOS

DEFINIÇÃO DE INFORMAÇÕES GERAIS DA ATIVIDADE A SER TRABALHADA	
Órgão:	Secretaria de Planejamento Orçamento e Gestão - SEPOG
Área funcional:	Coordenadoria de Gestão de Aquisição Corporativa - COGEC
Atividade a se trabalhar gestão de risco:	Registro de preços visando futuras e eventuais contratações de empresa para fornecimento de aparelhos de ar condicionado, com serviço de instalação incluso, a fim de atender as necessidades dos Órgãos e Entidades do Município de Fortaleza, de acordo com especificações e quantitativos previstos nos anexos.
Responsável pela atividade:	João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços
Responsável pelo gerenciamento do risco:	Karina Adeodato Couto Araújo - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas
Aprovador do gerenciamento do risco:	Carolina Price Evangelista Monteiro – Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão
Consultados (especialistas e envolvidos na atividade):	Fornecedores especializados no fornecimento de Aquisição de Ar- Condicionado com serviços de instalação inclusos.
Informados:	Órgãos e Entidades do Município de Fortaleza.
Data de início da análise:	14/11/2025
Data prevista de revisão do plano de resposta a risco:	14/12/2025
Observações Complementares:	

DEFINIÇÃO DA GOVERNANÇA	
Atividade a se trabalhar gestão de risco:	Registro de preços visando futuras e eventuais contratações de empresa para fornecimento de aparelhos de ar condicionado, com serviço de instalação incluso, a fim de atender as necessidades dos Órgãos e Entidades do Município de Fortaleza, de acordo com especificações e quantitativos previstos nos anexos.
Instância Interna de Governança:	Carolina Price Evangelista Monteiro – Secretária Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão
1ª Linha:	Karina Adeodato Couto Araújo - Coordenador de Gestão de Aquisições Corporativas
2ª Linha:	João Lucas Bezerra Coutinho – Gerente da Célula de Gestão de Aquisições Corporativas e de Registro de Preços

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANÁLISE DO AMBIENTE (MATRIZ SWOT)

Ambiente interno	Fortalezas	<ul style="list-style-type: none">• Permite padronização dos equipamentos, garantindo maior eficiência energética e qualidade nas unidades administrativas do Município de Fortaleza.• Proporciona agilidade no atendimento das demandas, especialmente diante das altas temperaturas típicas da região.• Integra fornecimento e instalação, assegurando solução completa, reduzindo falhas técnicas e retrabalhos.• Favorece economia de escala, com preços mais vantajosos decorrentes de compras centralizadas.
	Fraquezas	<ul style="list-style-type: none">• Limitação de fornecedores qualificados na região capazes de fornecer e instalar equipamentos com a complexidade técnica exigida.• Dependência de especificações técnicas detalhadas, sob risco de divergências na execução ou fornecimento inadequado.• Dificuldade em prever com precisão a demanda variável dos diversos órgãos municipais.• Desafio de gestão e fiscalização descentralizada das instalações realizadas em múltiplas unidades administrativas.
Ambiente externo	Oportunidades	<ul style="list-style-type: none">• Possibilidade de modernizar o parque de climatização dos órgãos municipais, substituindo equipamentos antigos por modelos mais eficientes.• Redução de custos futuros com energia e manutenção por meio da adoção de tecnologia inverter e equipamentos com selo de eficiência.• Fomento ao mercado local, atraindo empresas capacitadas em instalação e climatização.• Melhoria do conforto térmico e da qualidade do atendimento ao cidadão, refletindo positivamente na prestação de serviços públicos.
	Ameaças	<ul style="list-style-type: none">• Oscilações de preços de equipamentos de climatização no mercado nacional e internacional, afetando a vantajosidade dos valores registrados.• Risco de escassez de mão de obra especializada, ocasionando atrasos na instalação.• Eventual descontinuidade de modelos, peças ou componentes por parte dos fabricantes, prejudicando manutenção futura.• Falhas estruturais nos prédios públicos, como instalações elétricas antigas, que podem impedir ou atrasar a instalação dos aparelhos.



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

DEFINIÇÃO CRITÉRIOS DE RISCOS						
Impacto	5	8	9	16	17	18
	4	4	7	10	16	19
	3	3	5	6	11	20
	2	2	3	4	5	21
	1	1	2	3	4	18
	0	1	2	3	4	5
Probabilidade						

NÍVEL	VALOR LIMITE (CONFORME MATRIZ DE NÍVEL DE RISCO)	SÍMBOLO
Extremo	Maior ou igual a 16	
Alto	Maior ou igual a 8 e menor que 16	
Médio	Maior ou igual a 5 e menor que 8	
Baixo	Menor que 5	

IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS		
Código	Data da Identificação	Risco
R1	14/11/2025	Risco de propostas inexequíveis ou preços subcotados?, as empresas podem apresentar valores muito abaixo do mercado, comprometendo a execução do fornecimento e da instalação.
R2	14/11/2025	Risco de indisponibilidade ou atraso no fornecimento dos equipamentos - Falhas na cadeia de suprimentos, escassez de modelos específicos, dificuldades de importação ou problemas logísticos.
R3	14/11/2025	Risco relacionado à capacidade técnica insuficiente da empresa - Contratação de fornecedores com equipe inadequada ou pouca experiência em instalação de sistemas split, especialmente com tecnologia inverter.
R4	14/11/2025	Risco de não conformidade com requisitos legais, ambientais e de segurança - descumprimento de normas como NR-10 (instalações elétricas), descarte inadequado de resíduos (tubulações, gases refrigerantes), e falta de certificações.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANÁLISE DO RISCO			
Código	Risco	Causa	Consequência
R1	Risco de propostas inexequíveis ou preços subcotados?, as empresas podem apresentar valores muito abaixo do mercado, comprometendo a execução do fornecimento e da instalação.	Apresentação de propostas com valores demasiadamente baixos por parte das empresas licitantes, seja por falhas no levantamento de custos, tentativa de ganhar competitividade no certame de forma artificial, desconhecimento técnico sobre as exigências do objeto ou estratégia de mercado inadequada.	Risco de incapacidade da contratada em cumprir integralmente o fornecimento e a instalação dos equipamentos, resultando em atrasos, solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro, paralisação da execução, baixa qualidade dos serviços prestados ou até rescisão contratual, impactando diretamente a continuidade das atividades dos órgãos municipais.
R2	Risco de indisponibilidade ou atraso no fornecimento dos equipamentos - Falhas na cadeia de suprimentos, escassez de modelos específicos, dificuldades de importação ou problemas logísticos.	Ocorrência de falhas na cadeia de suprimentos, como limitações de estoque por parte dos fornecedores, escassez de modelos ou tecnologias específicas de ar-condicionado, alta demanda sazonal, dependência de importação sujeita a prazos alfandegários, além de problemas logísticos relacionados ao transporte e distribuição.	Atraso no atendimento às demandas dos órgãos e entidades do Município, comprometendo a climatização adequada dos ambientes, impactando o conforto e a produtividade dos servidores, podendo gerar a necessidade de replanejamento das atividades, prorrogações contratuais ou até a contratação emergencial para suprir a necessidade não atendida no prazo.
R3	Risco relacionado à capacidade técnica insuficiente da empresa - Contratação de fornecedores com equipe inadequada ou pouca experiência em instalação de sistemas split, especialmente com tecnologia inverter.	Contratação de fornecedor cuja equipe não possui qualificação adequada, treinamento específico ou experiência comprovada na instalação de sistemas de ar-condicionado do tipo split com tecnologia inverter, seja por falta de certificações, baixa capacitação técnica, dimensionamento inadequado de mão de obra ou estrutura operacional limitada.	Execução inadequada dos serviços de instalação, resultando em falhas técnicas, redução da vida útil dos equipamentos, aumentos no consumo energético, retrabalhos, necessidade de chamadas constantes para manutenção corretiva, além de atrasos na entrega final e risco de descumprimento contratual pela contratada.
R4	Risco de não conformidade com requisitos legais, ambientais e de segurança - descumprimento de normas como NR-10 (instalações elétricas), descarte inadequado de resíduos (tubulações, gases refrigerantes), e falta de certificações.	Desconhecimento ou negligência da empresa contratada quanto às normas aplicáveis — como NR-10 para instalações elétricas, regulamentações ambientais sobre manuseio e descarte de resíduos (incluindo tubulações, componentes eletrônicos e gases refrigerantes), além da ausência de certificações técnicas obrigatórias do corpo profissional ou do próprio fornecedor. Pode ocorrer também devido à falta de procedimentos internos de compliance e controle.	Realização de serviços em desconformidade com a legislação, resultando em riscos de acidentes, danos ambientais, multas e penalidades administrativas, responsabilidade civil ao órgão contratante, comprometimento da segurança dos servidores e usuários dos ambientes, além de possíveis paralisações das atividades até a regularização das inconformidades.

AVALIAÇÃO DO RISCO				
Código	Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco Inerente (NRI)
R1	Risco de propostas inexequíveis ou preços subcotados?, as empresas podem apresentar valores muito abaixo do mercado, comprometendo a execução do fornecimento e da instalação.	2	4	5

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

AVALIAÇÃO DO RISCO				
Código	Risco	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco Inerente (NRI)
R2	Risco de indisponibilidade ou atraso no fornecimento dos equipamentos - Falhas na cadeia de suprimentos, escassez de modelos específicos, dificuldades de importação ou problemas logísticos.	3	5	20
R3	Risco relacionado à capacidade técnica insuficiente da empresa - Contratação de fornecedores com equipe inadequada ou pouca experiência em instalação de sistemas split, especialmente com tecnologia inverter.	3	4	11
R4	Risco de não conformidade com requisitos legais, ambientais e de segurança - d descumprimento de normas como NR-10 (instalações elétricas), descarte inadequado de resíduos (tubulações, gases refrigerantes), e falta de certificações.	4	5	19

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

CONTROLE DO RISCO					
Código	Risco	Implementação dos Controles	Linha de Controle Responsável	Nível de Confiança (NC)	Risco de Controle (RC = 1 - NC)
R1	Risco de propostas inexequíveis ou preços subcotados?, as empresas podem apresentar valores muito abaixo do mercado, comprometendo a execução do fornecimento e da instalação.	Realizar análise de exequibilidade das propostas apresentadas, verificando a compatibilidade dos preços com os custos de mercado por meio de pesquisa atualizada, parâmetros referenciais, composições de custos e justificativas técnicas. Em casos de valores significativamente inferiores, solicitar demonstração detalhada da formação de preços por parte da empresa participante. Além disso, aplicar critérios objetivos previstos no edital para identificação de preços inexequíveis, garantindo maior segurança na avaliação e evitando a contratação de propostas que não assegurem a adequada execução do fornecimento e da instalação.	2	0.40	0.60
R2	Risco de indisponibilidade ou atraso no fornecimento dos equipamentos - Falhas na cadeia de suprimentos, escassez de modelos específicos, dificuldades de importação ou problemas logísticos.	Exigir, no edital e no contrato, a comprovação de capacidade de fornecimento, incluindo declaração de disponibilidade de estoque, prazos máximos de entrega e compromisso formal dos distribuidores ou fabricantes. Estabelecer cronograma de entregas com prazos claramente definidos, acompanhado de mecanismos de monitoramento periódico pela fiscalização. Incluir cláusulas de penalidades para atrasos injustificados e prever substituição por modelo equivalente quando houver descontinuidade ou indisponibilidade comprovada, garantindo a continuidade do atendimento às demandas dos órgãos municipais.	2	0.60	0.40

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

CONTROLE DO RISCO					
Código	Risco	Implementação dos Controles	Linha de Controle Responsável	Nível de Confiança (NC)	Risco de Controle (RC = 1 - NC)
R3	Risco relacionado à capacidade técnica insuficiente da empresa - Contratação de fornecedores com equipe inadequada ou pouca experiência em instalação de sistemas split, especialmente com tecnologia inverter.	Exigir, na fase de habilitação, a comprovação da qualificação técnica da empresa por meio de atestados de capacidade técnica que demonstrem experiência prévia em instalação de sistemas de ar-condicionado split, incluindo tecnologia inverter. Solicitar certificações específicas dos profissionais (como cursos de instalação, manuseio de gases refrigerantes e NR-10 para intervenções elétricas). No edital, definir requisitos mínimos de equipe, bem como padrões de qualidade e procedimentos de instalação. Durante a execução, realizar fiscalização técnica ativa, verificando a conformidade dos serviços e a atuação dos profissionais, assegurando que apenas pessoal qualificado execute as atividades.	2	0.80	0.20
R4	Risco de não conformidade com requisitos legais, ambientais e de segurança - descumprimento de normas como NR-10 (instalações elétricas), descarte inadequado de resíduos (tubulações, gases refrigerantes), e falta de certificações.	Risco de não conformidade com requisitos legais, ambientais e de segurança - descumprimento de normas como NR-10 (instalações elétricas), descarte inadequado de resíduos (tubulações, gases refrigerantes), e falta de certificações.	1	0.80	0.20

DEFINIÇÃO DE TRATAMENTO DO RISCO				
Risco de propostas inexequíveis ou preços subcotados?, as empresas podem apresentar valores muito abaixo do mercado, comprometendo a execução do fornecimento e da instalação.				
Tratamento	Ação	Responsável	Data Fim da Implementação	Observações

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

DEFINIÇÃO DE TRATAMENTO DO RISCO

EVITAR	Caso seja identificada, já durante a execução contratual, a impossibilidade de cumprimento das obrigações pela empresa em razão de proposta inexecutável, a Administração deve adotar medidas corretivas imediatas, como notificação formal para regularização, aplicação de penalidades previstas no contrato (advertência, multa ou suspensão) e exigência de reforço de meios e recursos para garantir a continuidade da execução. Persistindo a inexecução, deve-se promover a rescisão contratual motivada , com chamada da empresa remanescente ou abertura de novo procedimento, conforme legislação aplicável, além de avaliar a necessidade de acionamento das garantias e registro do fato para fins de sanções administrativas futuras.	Karina Adeodato de Araújo Couto	01/12/2026	
Risco de indisponibilidade ou atraso no fornecimento dos equipamentos - Falhas na cadeia de suprimentos, escassez de modelos específicos, dificuldades de importação ou problemas logísticos.				
Tratamento	Ação	Responsável	Data Fim da Implementação	Observações
MITIGAR	Se ocorrer atrasos ou indisponibilidade no fornecimento, a Administração deve notificar formalmente a empresa para justificar o motivo e apresentar um novo cronograma de entrega compatível com as necessidades do órgão. Dependendo da justificativa e do impacto, podem ser aplicadas penalidades contratuais por atraso injustificado, além da exigência de medidas corretivas, como reforço logístico, substituição por modelo equivalente de especificações compatíveis ou comprovação de fornecimento imediato junto ao fabricante. Caso a contratada não regularize a situação dentro do prazo estabelecido, a Administração poderá promover a rescisão contratual , acionar garantias, registrar a ocorrência para sanções administrativas e adotar procedimento para contratação de outro fornecedor visando garantir a continuidade do serviço.	João Lucas Bezerra Coutinho	01/12/2026	

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

DEFINIÇÃO DE TRATAMENTO DO RISCO

Risco relacionado à capacidade técnica insuficiente da empresa - Contratação de fornecedores com equipe inadequada ou pouca experiência em instalação de sistemas split, especialmente com tecnologia inverter.

Tratamento	Ação	Responsável	Data Fim da Implementação	Observações
EVITAR	Caso seja constatado que a empresa não possui equipe tecnicamente capacitada para executar corretamente a instalação dos sistemas split, especialmente os modelos com tecnologia inverter, a Administração deve notificar formalmente a contratada para que realize a imediata substituição dos profissionais inadequados por técnicos qualificados, apresentando certificados e comprovação de experiência. Se persistirem falhas técnicas, a fiscalização poderá determinar a correção dos serviços já executados, aplicar penalidades contratuais e exigir reforço da equipe para garantir a qualidade da execução. Em situações de continuidade de não conformidade, a Administração poderá promover a rescisão contratual motivada , acionar garantias e registrar o ocorrido para fins de responsabilização e eventual impedimento futuro, assegurando a contratação de outro fornecedor apto a executar o serviço adequadamente.	Karina Adeodato de Araújo Couto	01/12/2026	Caso seja constatado que a empresa não possui equipe tecnicamente capacitada para executar corretamente a instalação dos sistemas split, especialmente os modelos com tecnologia inverter, a Administração deve notificar formalmente a contratada para que realize a imediata substituição dos profissionais inadequados por técnicos qualificados, apresentando certificados e comprovação de experiência. Se persistirem falhas técnicas, a fiscalização poderá determinar a correção dos serviços já executados, aplicar penalidades contratuais e exigir reforço da equipe para garantir a qualidade da execução. Em situações de continuidade de não conformidade, a Administração poderá promover a rescisão contratual motivada , acionar garantias e registrar o ocorrido para fins de responsabilização e eventual impedimento futuro, assegurando a contratação de outro fornecedor apto a executar o serviço adequadamente.
Risco de não conformidade com requisitos legais, ambientais e de segurança - descumprimento de normas como NR-10 (instalações elétricas), descarte inadequado de resíduos (tubulações, gases refrigerantes), e falta de certificações.				
Tratamento	Ação	Responsável	Data Fim da Implementação	Observações

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

DEFINIÇÃO DE TRATAMENTO DO RISCO

EVITAR	<p>Se forem identificadas irregularidades relacionadas ao descumprimento de normas legais, ambientais ou de segurança — como falhas no cumprimento da NR-10, descarte inadequado de resíduos ou ausência de certificações obrigatórias — a Administração deve notificar imediatamente a contratada, exigindo a correção das inconformidades dentro de prazo definido e a apresentação de comprovação documental das adequações realizadas.</p> <p>Durante esse período, a fiscalização pode determinar a paralisação parcial ou total das atividades que ofereçam risco ou estejam em desconformidade. Persistindo o descumprimento, devem ser aplicadas as penalidades previstas no contrato (advertência, multa, suspensão), acionamento da garantia contratual e, se necessário, promover a rescisão contratual motivada, sem prejuízo da comunicação aos órgãos ambientais ou de segurança competentes, conforme a gravidade da infração.</p>	João Lucas Bezerra Coutinho	01/12/2026	
--------	--	-----------------------------	------------	--

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO II - MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À

Secretaria Municipal das Licitações de Fortaleza - SELIFOR

Att. Sr.(a) Pregoeiro(a).

Ref.: Pregão Eletrônico nº _____

1. A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc.), nº _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada por _____ (nome e dados do representante legal), abaixo assinado, propõe a entrega dos objetos a seguir especificado, conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas seguintes condições:

2. Identificação da licitante:

a. Razão Social:

b. CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:

c. Endereço completo:

d. Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):

e. Telefone, celular, e-mail:

f. Banco Santander S/A, agência e nº da conta corrente:

3. Condições Gerais da Proposta:

a. A presente proposta é válida por _____ (_____) dias, contados da data de sua emissão. **(não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.)**

4. Formação do Preço:

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO COM MARCA E MODELO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	VALOR GLOBAL					
	VALOR POR EXTENSO (_____)					

1. Declaramos que o objeto cotado atende todas as exigências do Edital, relativas à especificação e características, inclusive técnicas e que estamos de pleno acordo com

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

2. Nos preços estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, lucro, encargos trabalhistas e despesas com seguros, frete, mão-de-obra e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto deste Pregão e excluídos da composição dos preços ofertados o imposto de renda pessoa jurídica (IRPF) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL).
3. O prazo de entrega do objeto será de (observar o limite máximo do Termo de Referência).
4. O local de entrega do objeto será o indicado no Termo de Referência.
5. Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos assinar a Ata de Registro de Preços, a assinar os contratos e a receber as ordens de fornecimento, nota de empenho no prazo previsto no ato de convocação, indicando para esse fim o (a) Sr (a) _____, identidade nº _____, CPF nº _____, _____ (cargo), como responsável legal desta empresa.
6. Declaramos que estamos ciente que a validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados da data de sua publicação, podendo ser prorrogável, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)



ANEXO III - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____ /202__

Pregão Eletrônico nº:

Processo Administrativo nº: **P497888/2024**

Na sede da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº _____ do respectivo resultado adjudicado e homologado do Processo nº. **P497888/2024**, que vai assinada pela titular da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, gestor(a) do Registro de Preços e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1. DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento fundamenta-se:

I - No Pregão Eletrônico nº _____.

II - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações posteriores, nos Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, nº 15.604, de 28 de março de 2023, nº 15.595, de 22 de março de 2023, nº 13.735, de 18 de janeiro de 2016 e nº 15.524, de 09 de janeiro de 2023, Lei Municipal nº 10.350, de 28 de maio de 2015, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados).

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente Ata o registro de preços para futuras e eventuais aquisições e instalações de aparelhos de ar condicionado do tipo *split inverter*, para atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no **Anexo I – Termo de Referência deste Pregão Eletrônico Nº _____** que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a(s) proposta(s) de preço(s) apresentada(s) pelo(s) fornecedor(es) classificado(s).

2.2. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



procedimento de licitação, sendo assegurada ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

3. DA ASSINATURA, FORMALIZAÇÃO, VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

3.1. Este instrumento será assinado pela titular da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, gestor (a) do Registro de Preços e pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, na forma do art. 17 do Decreto Municipal n.º 15.608, de 31 de março de 2023.

3.2. A publicação da Ata de Registro de Preços será realizada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo órgão ou entidade gerenciadora do registro de preços.

3.3. O prazo de vigência da presente ata de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, podendo ser prorrogada, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

3.4. Considerando o disposto no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, reconhecendo a possibilidade jurídica de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, fica estabelecido que poderá ser admitida a renovação do quantitativo, caso demonstrada a sua pertinência e necessidade, mediante decisão devidamente motivada pela Administração.

3.5. Fica vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, ressalvados os remanejamentos.

3.6. Será incluído nesta ata, na forma de **ANEXO B**, o registro do(s) fornecedor(es) que aceitarem cotar bens e serviços com preços iguais ao do(s) licitante(s) vencedor(es) na sequência da classificação do certame e os que mantiverem sua proposta original.

4. DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Caberá à **SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - SEPOG** o gerenciamento deste instrumento, no seu aspecto operacional e nas questões legais, principalmente quanto às atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal 15.608, de 31 de março de 2023.

5. DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



SEQ.	ÓRGÃO/ENTIDADE	ENDEREÇO
01	GABPREF	Rua São José, 01 – Centro – CEP: 60.060-170.
02	IPPLAN	Israel Bezerra – nº 570 - Dionísio Torres - CEP: 60.135-460.
03	CITINOVA	Rua dos Tremembés, 02 – Praia de Iracema. CEP: 60.060-250.
04	ADEMFOR	Rua Pereira Filgueiras, nº 16 – Centro – CEP: 60.160-150.
05	AMC	Av. Desembargador Gonzaga, 1630 – Cidade dos Funcionários. CEP: 60.823-012.
06	GABVICE	Rua dos Pacajus, 20 – Praia de Iracema – CEP: 60.060-520.
07	PGM	Rua Israel Bezerra, nº 570, 5º andar - Dionísio Torres - CEP 60.135-460.
08	ACFOR	Av. Antônio Sales, 1885 – Sobreloja – Dionísio Torres. CEP: 60.135-101.
09	SEGOV	Rua São José, 01 – Centro. CEP: 60.060-170.
10	CEGOR	Rua Professor Juraci Mendes de Oliveira, 01 – Edson Queiroz – CEP: 60.811-450.
11	SELIFOR	Rua Israel Bezerra, nº 570, 2º Andar - Dionísio Torres - CEP 60.135-460
12	SESEC	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 - Messejana. CEP: 60.873-082.
13	GMF	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 - Messejana. CEP: 60.873-082.
14	IMPARH	Av. João Pessoa, 5609 – Damas. CEP: 60.435-682.
15	IPM-SAÚDE	Rua 24 de Maio, 1479 – Benfica. CEP: 60.020-001.
16	SCSP	Av. Pontes Vieira, 2391 – Dionísio Torres. CEP: 60135-237.
17	ETUFOR	Av. Presidente Juscelino Kubistchek, 5451 – Passaré. CEP: 60.025.060
18	FIDAF/SEFIN	Rua General Bezerril, 755 – Centro. CEP: 60.055-100.
19	FME/SME	Av. Desembargador Moreira, 2875 – Dionísio Torres. CEP: 60.170-002.
20	FMS/SMS	Rua Barão do Rio Branco, 910 – Centro. CEP: 60.025-060.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



21	SDE	Rua Tibúrcio Cavalcante, 1233 – Aldeota. CEP: 60.125-045.
22	SEINF	Av. Dep. Paulino Rocha, 1343 – Cajazeiras. CEP: 60.864-311.
23	SECEL	Rua Ildefonso Albano, 2050 – Dionísio Torres. CEP: 60.115-000.
24	SETFOR	Rua dos Tabajaras, 397, Praia de Iracema. CEP. 60.060-510
25	SDHDS	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 – Messejana. CEP: 60.873-082.
26	FUNCI	Av. Pontes Vieira, 1091 - Dionísio Torres - CEP: 60.135-237.
27	FMAS / SDHDS	Rua Padre Pedro de Alencar, 2230 – Messejana. CEP: 60.873-082
28	FMDD/PROCON	Rua Major Facundo, 869-Centro-Fortaleza. Cep: 60.025-100
29	SECULTFOR	Rua Padre Valdevino, 1040 - Joaquim Távara CEP: 60.135.040.
30	URBFOR	Rua Jorge Dumar, 1501 – Benfica. CEP: 60.020-055.
31	HABITAFOR	Rua Paula Rodrigues, 304 - Fátima. CEP: 60.411-270.
32	SMPA	Rua Coronel Alves Teixeira 1905 – 1º andar – Dionísio Torres - CEP: 60.135- 280.

5.1. O órgão ou entidade participante da Ata de Registro de Preço deverá observar o art. 8º do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023;

5.2. Fica vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto neste instrumento.

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PELOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

6.1. Durante o prazo de validade desta Ata, os órgãos e entidades participantes poderão contratar (firmar contratos) com os fornecedores com preços registrados de acordo com os quantitativos e especificações previstos, devendo comunicar ao órgão gestor, a recusa do detentor de Registro de Preços em fornecer os bens/serviços no prazo estabelecido pelo mesmo.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



6.2. A contratação com os fornecedores registrados poderá ser realizada por intermédio de instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021 e art. 33 do Decreto Municipal nº 15.608/2023.

6.3. O fornecedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para a assinatura do Contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito pela administração.

6.4. Para realização da contratação, os órgãos ou entidades participantes deverão abrir processo numerado e instruído, contendo, obrigatoriamente: solicitação da compra ou contratação; dotação orçamentária; comprovação de vigência da ata de registro de preços; ordem de compra ou de serviço.

6.5. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no Anexo I – Termo de Referência ou aviso de contratação, observado o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (Art. 35 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. (art. 34 do Decreto Municipal nº 15.608/2023).

6.7. Na assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela contratada durante todo o período da contratação.

6.8. As quantidades previstas para os itens com preços registrados poderão ser remanejadas pelo órgão gerenciador entre os órgãos participantes do procedimento licitatório para registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, mediante procedimento administrativo, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão participante, desde que haja prévia anuência do órgão que vier a sofrer redução dos quantitativos informados.

6.9. O remanejamento somente poderá ser feito de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante ou de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante devendo, neste último caso, ser observados os limites previstos no art. 31 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

7. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado dos procedimentos iniciais da licitação para o registro de preços, doravante denominado **NÃO PARTICIPANTE**, mediante anuência do gerenciador da Ata e desde que justificada a



vantagem da adesão e demonstrado que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme condições previstas no art. 86, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021, e no Edital nº 10453.

7.2. Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

7.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.4. As aquisições ou contratações adicionais por adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

7.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

7.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

7.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento, pelo fornecedor, das obrigações contratualmente assumidas e à aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

7.8. O quantitativo reservado para aquisição pelo órgão gerenciador, órgãos participantes e não participantes constam em documento **ANEXO A** parte integrante desta Ata.

7.9. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos previstos no art. 30 do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

8.1. Os signatários desta Ata de Registro de Preços assumem as obrigações e responsabilidades constantes no Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



8.2. Caberá ao órgão participante, as atribuições que lhe são conferidas nos termos do art. 8º do Decreto Municipal nº 15.608, de 31 de março de 2023.

8.3. O detentor do registro de preços, durante o prazo de validade desta Ata, fica obrigado a:

8.3.1. Atender aos pedidos efetuados pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços, bem como aqueles decorrentes de remanejamento de quantitativos registrados nesta Ata, durante a sua vigência.

8.3.2. Fornecer os bens ofertados por preço unitário registrado nas quantidades indicadas pelos órgãos ou entidades participantes do Sistema de Registro de Preços e nos prazos a serem definidos no instrumento contratual.

8.3.3. Responder no prazo de até 05 (cinco) dias a consultas do órgão gestor de Registro de Preços sobre a pretensão de órgão/entidade não participante (carona).

8.3.4. Cumprir, quando for o caso, as condições de garantia do objeto, responsabilizando-se pelo período oferecido em sua proposta de preços, observando o prazo mínimo exigido pela Administração.

8.3.5. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização da contratante.

9. DOS PREÇOS REGISTRADOS E SUAS REVISÕES

9.1. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão aqueles ofertados nas propostas de preços da(s) licitante(s) vencedora(s), bem como consta no **ANEXO B** desta Ata de Registro de Preços, listagem com o cadastro de reserva dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preços iguais ao(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), na sequência da classificação do certame, conforme permissivo legal do art. 16, inciso II do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023 ou a informação expressa de que não houve licitante que aceitasse cotar o objeto com preços iguais à da licitante vencedora.

9.2. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência do edital nº 10453 são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração Municipal, através do órgão ou entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

9.3. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, obedecendo aos parâmetros constantes nos arts. 24 a 26 do Decreto nº 15.608, de 31 de março de 2023.

9.4. O órgão ou entidade gerenciador convocará o fornecedor para negociar o preço

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



registrado e adequado ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

9.5. Havendo a liberação do fornecedor, o órgão gerenciador deverá convocar os demais fornecedores classificados, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, e não havendo êxito nas negociações, deverá proceder ao cancelamento do item ou da Ata de Registro de Preços.

9.6. Caso haja redução do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciador deverá comunicar aos órgãos e entidades que tiverem formalizado contrato ou instrumento equivalentes, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar em negociação com vistas à alteração contratual.

9.7. As alterações dos preços registrados, oriundas de suas revisões, serão divulgadas no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e disponibilizadas durante a vigência da ata de registro de preços, as quais serão realizadas pelo órgão gerenciador.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10.1. O detentor de preços registrados terá o seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a nota de empenho ou o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir os preços registrados quando estes se tornarem superiores aos de mercado;

10.1.4. For declarado inidôneo ou impedido para licitar e contratar com a Administração Pública;

10.1.5. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados e justificados;

10.1.6. Por razões de interesse público.

10.2. O cancelamento do registro de preço será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o contraditório e ampla defesa.

11. DOS PRAZOS DE ENTREGA E DO PAGAMENTO

11.1. As condições gerais de execução do objeto desta Ata, tais como recebimento, prazo de entrega, obrigações da Administração e do fornecedor registrado, pagamento e demais condições da contratação encontram-se definidos no Anexo I - Termo de Referência.

12. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal n. 15.604/2023, o licitante que praticar ato ilícito, especialmente quando:

12.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.2.9. Fraudar a licitação

12.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013

12.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

12.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes



sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

12.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

12.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

12.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 12.4.

Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



§9º Decorrido o prazo previsto no §8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

12.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

- I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - Der causa à inexecução total do contrato;
- III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou
- VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

- I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou



V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§2º A sanção prevista no subitem 12.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

12.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº 13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

12.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

12.9.2 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da CONTRATADA, quando for o caso.

13. DO FORO

Fica eleito o foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão Gerenciador	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Detentor do Reg. de Preços	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

ANEXO A - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ /20__
QUANTITATIVOS RESERVADOS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre a Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, os órgãos participantes e os fornecedores, cujos preços estão a seguir registrados, em face da realização do Pregão Eletrônico nº _____.

ITEM/GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	APRES.	QNT.	VALOR UNITÁR. DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM GRUPO R\$
VALOR TOTAL R\$								

FORNECEDOR _____

ANEXO B – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ /20__
DAS LICITANTES QUE ACEITARAM COTAR O MESMO PREÇO DA LICITANTE VENCEDORA.

Conforme previsto no art. 16, inciso II, do Decreto 15.608, de 31 de março de 2023 o registro das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao da licitante vencedora, na sequência da classificação do certame é o seguinte:

ITEM/GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	APRES.	QNT.	VALOR UNITÁR. DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM GRUPO R\$
VALOR TOTAL R\$								

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO IV - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº _____ / 20__

Processo nº _____

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO
DE FORTALEZA, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA
DA _____ E A (O)
CONTRATADA**

_____, ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE
NELE SE DECLARA.

O MUNICÍPIO DE FORTALEZA pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio do(a) (órgão contratante), ..., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXX, com sede nesta Capital, na XXXX – CEP XXXX, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), portador da Matrícula Funcional nº (ou nomeado pelo ato/portaria n.º), doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº _____ e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 15.604/2023, além das demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº _____, mediante as cláusulas e condições a seguir anunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Edital do Pregão Eletrônico nº _____ e seus anexos, os preceitos do Direito Público, os Decretos Municipais nº 15.608, de 31 de março de 2023, 15.595, de 22 de março de 2023, 15.604, de 28 de março de 2023 e 13.735, de 18 de janeiro de 2016, na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados), e o que resta disposto no Anexo I- Termo de Referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo *split inverter*, para atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza, nas condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência do Edital.

2.2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITEM/GRUPO	CLASSIFICAÇÃO	RAZÃO SOCIAL/CNPJ	ESPECIFICAÇÃO	MARCA / FABRICANTE	APRES.	QNT.	VALOR UNITÁR. DO ITEM R\$	VALOR TOTAL DO ITEM / GRUPO R\$
VALOR TOTAL R\$								

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 2.3.1.** O Termo de Referência do Edital;
- 2.3.2.** O Edital de Licitação do PE n.º ____/20XX;
- 2.3.3.** A Proposta do contratado;
- 2.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da ordem de fornecimento, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

3.2 Caberá prorrogação por igual período se comprovado que o preço ainda é vantajoso para a Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

4.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



5.1. O prazo para pagamento ao contratado e as demais condições a ele referentes encontram-se definidos no subitem **6.2 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 10453.**

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

6.1. O valor deste contrato será reajustado anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O reajuste será calculado a partir de 11/12/2025, data da assinatura do orçamento estimado pelo setor competente.

6.1.1. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

6.4. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REGIME DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO DO OBJETO

7.1. O regime de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão, local e forma/meio de entrega, regras de aceitação, recebimento provisório e definitivo, do objeto encontram-se definidos no item **2.11 do Anexo I - Termo de Referência.**

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos do (ORÇÃO), consignadas às dotações orçamentárias que foram discriminadas no subitem

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



7.1 do Anexo I - Termo de Referência do Edital nº 10453.

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA

9.1. A critério da autoridade competente, bem como em razão do histórico de contratações anteriores do mesmo objeto e a inexistência de registro de problemas de interrupções na execução contratual, não será exigida a garantia contratual da execução, nos moldes do art. 96 da Lei n. 14.133/2021.

9.2. Os riscos inerentes à contratação e as respectivas tratativas foram apontados no Estudo Técnico Preliminar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Fornecer o objeto em conformidade com as condições deste instrumento.

10.2. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.3. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os percentuais de acréscimos ou supressões limitados ao estabelecido no art. 125, da Lei nº 14.133/2021, tomando-se por base o valor contratual.

10.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à contratante ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, não podendo ser arguido para efeito de exclusão ou redução de sua responsabilidade o fato de a contratante proceder à fiscalização ou acompanhar a execução contratual.

10.5. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução contratual.

10.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

10.7. Quaisquer irregularidades, tanto na qualidade dos produtos como na entrega desses, deverão ter sua correção no prazo máximo de **até 7 (sete) dias úteis**, contadas após a formalização da reclamação.

10.8. Discriminar na nota fiscal as especificações do objeto de modo idêntico àquele apresentado na proposta.

10.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

10.10. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10.11. Manter-se, durante todo o período de vigência da Ata/Contrato a ser firmado, um preposto aceito pela Contratante, para representação da licitante vencedora sempre que for necessário e comunicando, por escrito, à Contratante qualquer mudança de endereço ou telefone de contato.

10.12. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

10.13. É de responsabilidade da CONTRATADA estar em conformidade com os fundamentos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no que se tratar da manipulação dos dados da Contratante e de terceiros, em sua criptografia, armazenamento e demais tratativas resguardando os dados utilizados.

10.14. Assumir total responsabilidade pelo sigilo das informações, dados, nos termos da

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



Lei Geral de Proteção de dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), contidos em quaisquer mídias e documentos que seus empregados ou prepostos vierem a obter em função dos serviços prestados à CONTRATANTE, respondendo pelos danos que eventual vazamento de informações, decorrentes de ação dolosa ou culposa, nas formas de negligência, imprudência ou imperícia, venha a ocasionar à CONTRATANTE ou terceiros.

10.15. Fica vedado o tratamento de dados pessoais sensíveis por parte da CONTRATADA com objetivo de obter vantagem econômica de qualquer espécie, com exceção daquelas hipóteses previstas no parágrafo 4º do art. 11 da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

10.16. A CONTRATADA se compromete a zelar pelo tratamento dos dados pessoais dos titulares das pessoas naturais vinculadas à CONTRATANTE, sem prejuízo de qualquer responsabilidade, admitindo-se o tratamento nas hipóteses de consentimento específico e destacado por termo de compromisso e ou nas hipóteses previstas nos incisos II a X do art. 7º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

10.17. Devem ser mantidas pela CONTRATADA todas as condições técnicas e de habilitação na oportunidade da assinatura do contrato, bem como durante toda a execução contratual, dentre eles:

a) Dispor de estrutura, sede ou filial, em nome da licitante (proprietário ou locatário), com equipes de técnicos e auxiliares em refrigeração, preferencialmente com veículo (s) da licitante para deslocamentos das equipes à contratante, podendo a sede ou filial estar em Fortaleza/CE ou região metropolitana, mediante comprovação documental, para fins de atendimento dos serviços de manutenções corretivas durante o período de garantia ofertado.

b) Comprovar, no momento da assinatura do contrato ou da ordem de fornecimento e durante a execução contratual que possui credenciamento técnico junto ao fabricante da marca ofertada, garantindo que a instalação realizada pela licitante não implicará na perda da garantia de 5 anos do compressor pelo fabricante.

10.18. O contratado deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como atestar, na Nota Fiscal/Fatura, a efetiva entrega do objeto pelo (a) servidor/Comissão de fiscalização do Contrato ou outro designado pela autoridade competente.

11.2. Assegurar-se da entrega do objeto, verificando sempre o seu bom desempenho, através do (a) servidor/Comissão de fiscalização.

11.3. Documentar as ocorrências havidas.

11.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA que sejam necessários à execução do Contrato.

11.5. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no instrumento contratual.

11.6. Solicitar a execução do objeto à CONTRATADA através da emissão de Ordem de Fornecimento.

11.7. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei nº 14.133/2021.

11.8. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

11.9. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

11.10. Com exceção do que dispõe o art. 4º da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que trata da proteção dos dados pessoais, a CONTRATANTE se obriga a dar ciência prévia à CONTRATADA quando fizer uso dos dados privados, sempre zelando pelos princípios da minimização da coleta, necessidade de exposição específica da finalidade, sem prejuízo da mera correção dos dados.

11.11. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, em conformidade com o Edital e seus anexos.

11.12. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



11.13. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada, cujas condições estarão estabelecidas no instrumento contratual.

11.14. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.15. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

11.16. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como no Decreto Municipal nº 15.604/2023, e, por fim, as condições estabelecidas no instrumento contratual.

11.17. Cientificar os órgãos responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado, nos moldes previstos do art. 17 do Decreto Municipal nº 15.604/2023.

11.18. A Administração terá o prazo de 5 (cinco) dias a contar da data do protocolo do requerimento, admitida a prorrogação motivada por igual período, para emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.19. Em caso de solicitação do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no que pertine ao instrumento contratual, este será respondido pelos órgãos e entidades contratantes, no prazo estipulado no próprio documento, conforme o que preceitua o art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021.

11.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do objeto da presente contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe de fiscalização, especialmente designada para esse fim, conforme o art. 7º a 8º do Decreto nº 15.524/2023 e à luz do disposto no art. 117 da Lei 14.133/2021, nos termos descritos e detalhados do Termo de Referência anexo.

12.2. O modelo de gestão e fiscalização do contrato seguirão as regras constantes do **Anexo I - Termo de Referência.**

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 122, §2º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e do Decreto Municipal n. 15.604/2023, o licitante que praticar ato ilícito, especialmente quando:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. Deixar de apresentar amostra, caso seja solicitada pela Administração Pública;

14.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



14.1.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.2.9. Fraudar a licitação;

14.1.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.2.11. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.2.12. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.2.13. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

14.1.2.14. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

14.1.2.15. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013

14.2. O licitante que praticar ato ilícito estará sujeito, garantindo o devido processo legal, assegurada a observância do prévio contraditório e da ampla defesa, sem prejuízo das sanções legais nas esferas civis e criminais, às seguintes penalidades, de acordo com o Decreto Municipal nº 15.604, de 28 de março de 2023, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aos licitantes e contratados pelas infrações administrativas praticadas contra a Administração Pública municipal direta e indireta do Município de Fortaleza.

14.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas, as seguintes sanções:

I - Advertência

II - Multa

III - Impedimento de licitar e contratar

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar

14.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

14.4. A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



I - Descumprimento de obrigação legal ou infração à lei, quando não se justificar uma aplicação de sanção mais grave; ou

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória quando, a critério da Administração, não se justificar uma aplicação de sanção mais grave.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, considera-se descumprimento ou inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória aquelas que não impactam objetivamente no prosseguimento da execução contratual e desde que não causem prejuízos à Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional.

14.5. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista no parágrafo único do subitem 14.4.

b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

II - De 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor contratado ou adjudicado, para aquele que:

a) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado

b) Não celebrar o contrato, ou instrumento equivalente, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

c) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



III - 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor contratado ou do valor de referência para a licitação, para aquele que:

- a) Der causa à inexecução total do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§1º Na hipótese de o infrator entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina, aplica-se a penalidade prevista no inciso I deste artigo.

§2º Nos contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, de pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado ou será cobrada judicialmente.

§4º Na aplicação da sanção prevista no caput do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

§5º Se a recusa em assinar o contrato ou instrumento equivalente for motivada por fato impeditivo relevante, devidamente comprovado e superveniente à apresentação da proposta, a autoridade competente para a contratação poderá, mediante ato motivado, deixar de aplicar a multa.

§6º O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



cumprimento da obrigação.

§7º Quando da aplicação da penalidade de multa, deverão ser observadas as atenuantes e excludentes de sua aplicação, tais como as hipóteses de força maior ou caso fortuito, quando devidamente comprovadas pelo infrator.

§8º Após esgotados os meios de execução direta da sanção de multa indicados no § 3º deste artigo, o imputado será notificado para recolher a importância devida, por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

§9º Decorrido o prazo previsto no § 8º deste artigo, o órgão ou entidade sancionador encaminhará a multa à Procuradoria Geral do Município para que seja inscrita na Dívida Ativa do Município.

14.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o infrator à multa de mora, de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso na entrega de material ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), equivalente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela referente aos impostos destacados no documento fiscal.

Parágrafo único. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração Pública municipal direta, autárquica e fundacional a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Anexo I - Termo de Referência.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, àquele que:

I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere a gravidade daquela prevista na alínea a, inciso I do art. 13 do Decreto Municipal nº 15.604/2023, ou que cause grave dano à Administração Pública Municipal Direta, Autárquica e Fundacional, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II - Der causa à inexecução total do contrato;

III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; ou

VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

Parágrafo único. A sanção prevista no caput deste artigo impedirá o imputado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Fortaleza, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas seguintes infrações administrativas:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; ou

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º A sanção de declaração de inidoneidade prevista no caput deste artigo também será aplicada nas infrações administrativas do artigo 15 do Decreto Municipal nº 15.604/2023 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

§ 2º A sanção prevista no subitem 14.8 impedirá o imputado de licitar ou contratar com Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 3º A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública direta e indireta deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade superior.

14.9. O pagamento das multas não eximirá a contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações porventura cometidas, inclusive pela inobservância do disposto na Lei nº



13.709/2018 (LGPD), na forma abaixo estipuladas:

14.9.1. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de descumprimento da obrigação de zelo no tratamento dos dados pessoais da pessoa natural vinculada ao CONTRATANTE, ou em caso de tratamento de dados sem o consentimento específico e destacado por termo de compromisso, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

14.9.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do CONTRATO, na hipótese de tratamento de dados pessoais sensíveis com o objetivo de obter vantagem econômica, ou outra irregularidade havida no cumprimento do CONTRATO, por culpa da **CONTRATADA**, quando for o caso.

14.10. Nenhuma sanção será aplicada sem garantia da ampla defesa e do contraditório, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

15.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, salvo quando houver previsibilidade de prorrogação.

15.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, ocorrendo essa ocasião na hipótese da próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

15.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

15.2.1. O contrato também poderá ser extinto com base nas hipóteses trazidas pelos artigos 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



15.2.2. A alteração no quadro societário, ou a modificação da finalidade, ou da estrutura da empresa, não ensejará a rescisão contratual, caso não venha a restringir a sua capacidade de execução do objeto.

15.2.2.1. Em caso de alteração de razão social, ou da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

15.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

15.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

15.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

15.3.3. Indenizações e multas.

15.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese na qual poderá ser realizado o pagamento apurado por meio de termo indenizatório.

15.5. Poderá ocorrer a extinção do contrato caso se constate que o contratado mantém vínculo com dirigente ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou na fiscalização do contrato, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

17.1. A contratada deve observar e fazer observar por seus fornecedores e prestadores de serviços, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

17.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

17.2.1. “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

17.2.2. “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

17.2.3. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre duas ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

17.2.4. “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

17.2.5. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

17.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

17.4. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Qualquer alteração contratual deverá ser realizada mediante termo aditivo ao presente contrato, inclusive com instrução, pareceres, avaliação do impacto orçamentário e decisão motivada, excetuando-se as hipóteses previstas no art. 132 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. A eficácia do contrato fica condicionada à publicação e divulgação integral no PNCP - Portal Nacional de Compras Públicas, nos moldes e prazos estabelecidos nos artigos 91, caput, 94 e 174 da Lei nº 14.133/2021, podendo ainda ser realizada a devida publicação no Diário Oficial do Município – DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito, de força maior ou omissos.

20.1.1. Para os casos previstos no “caput” desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir a uma comissão, por este designada por portaria, a responsabilidade de apurar os atos e fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

20.1.2. As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão-somente ao interesse público, não seja interpretado como regra contratual.

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



20.1.3. Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compelida a CONTRATADA a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração no endereço ou no telefone da empresa.

20.1.4. Quaisquer tolerâncias entre as partes não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro do Município de Fortaleza do Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa ou por meio da conciliação e mediação, nos moldes do art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica da CONTRATANTE, o qual, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)	(nome do representante)
CONTRATANTE	CONTRATADO(A)

Testemunhas:

(nome da testemunha1) RG: CPF:	(nome da testemunha 2) RG: CPF:
--------------------------------------	---------------------------------------

Visto: (Nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE)



ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO
ORDEM DE FORNECIMENTO Nº /20__

Nº CONTRATO	CONTRATADA	CNPJ
OBJETO DO CONTRATO:		
ESCOPO DA ORDEM DE FORNECIMENTO: Descrição do objeto, conforme descrito abaixo:		
Item	Especificação do item	Qtd Vr Unitário Vr Total R\$ R\$
TOTAL		R\$
LOCAL DE ENTREGA:		
MARCA REGISTRADA:		
VALOR DA ORDEM DE FORNECIMENTO:		
VALOR GLOBAL DO CONTRATO:		
PRAZO DE ENTREGA: Serão obedecidos os prazos estabelecidos no Anexo I – Termo de Referência		

Pela presente ORDEM DE FORNECIMENTO fica a empresa, autorizada a fornecer o produto objeto do contrato nº /20__, processo nº /20__ discriminado nesta OF.

Fortaleza, de de 20__

Matrícula nº
Coordenador Administrativo-Financeiro
ÓRGÃO / ENTIDADE

EMPRESA
CONTRATADA



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE CONDUTA ÉTICA E ANTICORRUPÇÃO

(NOME DA LICITANTE), declara, para os devidos, fins que como licitante observará e, eventualmente contratado observará e fará observar pelos fornecedores e prestadores de serviços, a prática do mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta declaração, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusiva**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

II - Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

III - Considerando os propósitos das cláusulas acima, a licitante vencedora, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Data

Licitante



**ANEXO VII – RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATMAT UTILIZADOS NO TERMO DE
REFERÊNCIA**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE
458194	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Hi Wall Capacidade Refrigeração: 9.000 BTU Tensão: 220 V Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Inverter	UNIDADE (UN)
458191	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Hi Wall Capacidade Refrigeração: 18.000 BTU Tensão: 220 V Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Inverter	UNIDADE (UN)
453530	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Modelo: Split Inverter Capacidade Refrigeração: 22.000 BTU Tensão: 220 V Características Adicionais 1: Com Controle Remoto	UNIDADE (UN)
399655	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Capacidade Refrigeração: 24.000 BTU Tensão: 220 V Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	UNIDADE (UN)
399654	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split	UNIDADE (UN)

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



	Capacidade Refrigeração: 30.000 BTU Tensão: 220 V Características Adicionais: Com Controle Remoto Sem Fio	
459763	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Modelo: Piso-Teto Inverter Capacidade Refrigeração: 48.000 BTU Tensão: 380 V Características Adicionais 1: Com Controle Remoto	UNIDADE (UN)
398485	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Capacidade Refrigeração: 60.000 BTU Tensão: 220 V Frequência: 60 HZ Características Adicionais 1: Ciclo Frio, Selo Procel, Controle Remoto Sem Fio	UNIDADE (UN)
448824	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Modelo: Split Inverter Capacidade Refrigeração: 57.000 BTU Tensão: 127/220 V Características Adicionais 1: Controle Remoto/Quente-Frio/Desumidificação/Filtro	UNIDADE (UN)
239608	Aparelho Ar Condicionado Tipo: Split Cassete Capacidade Refrigeração: 60.000 BTU/H Tensão: 110/220 V Características Adicionais: Controle Remoto / Ciclo Reverso (Quente/Frio) / Ga	UNIDADE (UN)
458192	Aparelho Ar Condicionado	UNIDADE (UN)

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

Tipo: Split Hi Wall	
Capacidade Refrigeração: 12.000 BTU	
Tensão: 220 V	
Características Adicionais 1: Controle Remoto S/Fio, Inverter	

***Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.**



**ANEXO VIII - RELAÇÃO DOS CÓDIGOS DO CATÁLOGO DA PMF UTILIZADOS NO TERMO
DE REFERÊNCIA**

CÓDIGO	DESCRIÇÃO ITEM	UNIDADE
3575674	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 9000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)
3575675	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 18000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)
3575676	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 22000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)
3575677	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 24000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)
3575678	AR CONDICIONADO SPLIT HI WALL, INVERTER, 30000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)
3575680	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 48000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)
3575682	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 60000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)
3575681	AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, INVERTER, 57000 BTUS, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)
3594817	APARELHO DE AR-CONDICIONADO 60.000 BTU/H, SPLIT CASSETE 4 VIAS, CONTROLE REMOTO SEM FIO, SÓ FRIO, 380V, TRIFÁSICO.	UNIDADE (UN)
3580670	AR CONDICIONADO 12.000 BTUS, SPLIT HI WALL, INVERTER, FRIO, 220V, COM CONTROLE REMOTO SEM FIO.	UNIDADE (UN)

***Havendo divergência entre a especificação dos códigos catalogados no COMPRASGOV e o disposto nas especificações do Edital e no Termo de Referência, prevalecerão as disposições do Edital e seu Termo de Referência.**

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



ANEXO IX - JUSTIFICATIVA DA NÃO PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVA

Processo: P497888/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT INVERTER, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Trata-se de justificativa referente à vedação à participação de empresas enquadradas nas modalidades de consórcio e cooperativa, para o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT INVERTER, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.**

Acerca dos consórcios, cumpre ressaltar que a admissão ou veto de formação de consórcio em certame licitatório, foi conferido ao ente administrativo, permitir ou não tal condição no instrumento convocatório, por força do art. 15 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Tal decisão é resultado de um processo de avaliação da realidade do mercado, em razão do objeto a ser licitado, sendo verificado, por exemplo, a pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto, visando o atendimento ao interesse público.

No caso em apreço, a ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, pois o objetivo da constituição de consórcios é a união de esforços de mais de uma empresa para realizar determinada empreitada, impregnada de questões de alta complexidade ou de relevante vulto. Para a presente aquisição é patente a variedade no mercado de empresas de diversos portes que vendem os materiais em tela. Corroborando esta tese, o prof. Marçal Justen Filho, in comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13, ed; 2009, pág. 47 e 477, leciona que:

[...] Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam acordo para eliminar a competição. Mas o consórcio também pode prestar-se a resultados positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ou) complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente não dispuserem de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes.

É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcios quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exijam a associação entre os particulares. São as hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.

Ainda sobre o tema, a jurisprudência do TCU em assentado que fica a cargo da discricionariedade do gestor, a decisão de admitir ou não a participação de empresas organizadas em consórcios na licitação, vejamos:

*[...] abstenha-se de prever em cláusulas editalícias tão somente a participação única, exclusiva e obrigatória de empresas em consórcio, pois pode prejudicar a competitividade da licitação, em desacordo com o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, e com o art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993[...]***Acórdão 1711/2017 Plenário, Representação, Relator Ministro Vital do Rêgo.**

Acerca das Cooperativas, por sua vez, atestamos que permitir a participação das mesmas representaria desrespeitar o Princípio Constitucional da Eficiência, previsto no Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, considerando que todo e qualquer procedimento referente ao contrato, aos aditivos e pagamentos necessitariam obrigatoriamente da assinatura, e consequente anuência, de todos os cooperados dificultando, ou até impossibilitando, a célere execução do objeto pretendido.



ANEXO X - JUSTIFICATIVA DA DESTINAÇÃO DE COTA RESERVADA E AMPLA CONCORRÊNCIA

Processo: P497888/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT INVERTER, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

O Município de Fortaleza, por meio da Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG), apresenta a justificativa para a destinação de cota reservada às empresas microempresas (ME) e de pequeno porte (EPP) e para ampla concorrência referente a presente licitação, conforme estabelecido no Edital nº 10453, cujo objeto é o registro de preços **aquisições e instalações de aparelhos de ar condicionado do tipo split inverter**, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.

Em conformidade com o disposto no art. 30 da Lei Municipal nº 10.350/2015, a Administração Pública deve destinar, com exclusividade, às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) os grupos cujos valores não excedam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Além disso, nos termos do art. 33 da referida lei, até 25% (vinte e cinco por cento) dos demais grupos podem ser destinados às ME e EPP a título de cota reservada, considerando o objeto licitado, o quantitativo de itens/lotes e os valores correspondentes.

Dessa forma, a divisão dos itens no presente certame foi realizada da seguinte maneira:

- **ITENS DE AMPLA CONCORRÊNCIA: ITENS 01, 03, 05, 07, 09, 11, 13, 15, 17 e 19** foram considerados como **AMPLA CONCORRÊNCIA**, totalizando o valor de **R\$ 29.653.270,54** (vinte e nove milhões, seiscentos e cinquenta e três mil, duzentos e setenta reais e cinquenta e quatro centavos);

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



- **ITENS DE COTA RESERVADA PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - ME/EPP: ITENS 02, 04, 06, 08, 10, 12, 14, 16, 18 e 20** foram considerados **COTA RESERVADA** para as microempresas e empresas de pequeno porte - ME/EPP, na quantidade de nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147, na Lei Federal nº 13.709, totalizando o valor de **R\$ 9.344.408,25** (nove milhões, trezentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e oito reais e vinte e cinco centavos).

Portanto, a destinação dos itens foi realizada em conformidade com a legislação vigente, visando garantir a participação das microempresas e empresas de pequeno porte no processo licitatório, fomentando a competitividade e o desenvolvimento econômico local.



**ANEXO XI - JUSTIFICATIVA DE UTILIZAÇÃO DE ÍNDICES PARA COMPROVAÇÃO DA
BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA DAS LICITANTES**

Processo: P497888/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES E INSTALAÇÕES DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DO TIPO SPLIT INVERTER, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA.

Trata-se de justificativa sobre os critérios adequados para a comprovação da boa situação financeira dos potenciais licitantes para a contratação futura e eventual aquisição e instalação de aparelhos de ar condicionado do tipo split inverter, a fim de atender as necessidades dos órgãos e entidades do Município de Fortaleza.

A Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelece normas gerais de licitação e contratação para a Administração Pública, busca garantir a eficiência, a economicidade e a transparência no processo licitatório. Entre os mecanismos previstos para assegurar que as licitantes possuam capacidade técnica e financeira para executar os contratos, destaca-se a possibilidade de utilização de índices financeiros como critério de habilitação. Tal previsão está embasada no art. 67, inciso II, da referida legislação, que admite a adoção de parâmetros objetivos para avaliar a situação econômico-financeira das empresas.

Nesse contexto, tendendo ao que preconiza a Súmula nº 289 do Tribunal de Contas da União, no instrumento convocatório, deverá ser utilizado para critério de aferimento da boa saúde financeira das licitantes, com vistas a assegurar a capacidade econômico financeira suficiente para garantir a execução contratual.

As exigências utilizadas, estão dispostas no rol do art. 69 da Lei nº 14.133/2021, vejamos:

- Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso

II;

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



EDITAL Nº 10453 | PROCESSO ADM. Nº P497888/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90120/2026 | UASG: 927744

- Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;
- As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG)

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

OU

II - Solvência Geral (SG)

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a longo prazo}} \geq 1,0$$

OU

III - Liquidez Corrente (LC)

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,0$$

No caso em tela, a Administração Pública, ao exigir esses índices, visa dar maior amplitude ao procedimento, possibilitando o credenciamento do maior número de interessadas, uma vez que não há de se falar em concorrência para o rito adotado, demonstrando uma situação equilibrada, sem colocar em risco a execução dos serviços contratualizados, a saber:



- O índice de Liquidez Geral demonstra a capacidade de pagamento do interessado a longo prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto e no longo prazo com as dívidas também de curto e de longo prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que a mesma não possui recursos financeiros suficientes para pagar as suas dívidas a longo prazo, o que pode comprometer a continuidade de suas atividades;
- O índice de Liquidez Corrente demonstra a capacidade de pagamento a curto prazo, relacionando tudo que se converterá em dinheiro no curto prazo com as dívidas também de curto prazo. Índice menor do que 1,00 demonstra que o estabelecimento não possui recursos financeiros para honrar suas obrigações de curto prazo, o que pode inviabilizar a continuidade de suas atividades;
- O índice de Solvência Geral expressa o grau de garantia que a pessoa jurídica dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) OU Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devidamente comprovado através da apresentação do balanço patrimonial, exigência esta que encontra amparo no §4º do art. 69, da Lei 14.133/2021.

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

A adoção desses índices não viola legislação pátria, uma vez que não se vinculam à rentabilidade ou lucratividade, prestando-se tão somente à aferição da equilibrada situação financeira, constituindo-se em segurança para a Administração,

SECRETARIA MUNICIPAL DAS LICITAÇÕES

Rua Israel Bezerra, nº 570 • Dionísio Torres • CEP 60.135-460 • Fortaleza, Ceará, Brasil
(85) 2028-0462 • e-mail: licitacao@selifor.fortaleza.ce.gov.br



sendo compatíveis com a complexidade exigida no objeto, em estrita consonância com a Lei nº 14.133/2021.



Este documento é cópia do original e assinado digitalmente sob o número HLKBVPYI

Para conferir o original, acesse o site <https://assineja.sepog.fortaleza.ce.gov.br/validar/documento>, informe o malote 5341971 e código HLKBVPYI

Para validar a assinatura digital, acesse o site do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação: <https://validar.iti.gov.br/>

ASSINADO POR: